

Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa.

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA*

*Arqueólogo. Câmara Municipal do Porto. Est. Doutoramento Univ. Santiago de Compostela (Historia I).

INTRODUÇÃO

Os objectivos deste texto não são os de trazer novos dados ou propor soluções diversas para a questão historiográfica da localização do núcleo urbano de *Cale* mencionada nas fontes clássicas e a sua ulterior evolução, através de *Portus Cale* a ponto de em poucos séculos o topónimo ter evoluído para corónimo e designação de um condado e de um País.

Deste debate, que leva mais de um século e milhares de páginas de estudos (BRANDÃO 1965; ARQUIVO 1984), recolhemos naturalmente informação valiosa e dela daremos breve nota. O nosso propósito, todavia, foi essencialmente o de reunir dados dispersos a partir das fontes estritamente arqueológicas, que pelo facto de serem produto de trabalhos com pouco mais de um quarto de século não puderam ser utilizadas, de um modo geral, pela maior parte dos investigadores que ao longo do século XX se envolveram nas discussões sobre *Cale* e *Portucale*. Assim, pretendemos fazer um ponto de situação sobre as origens do núcleo urbano do Porto, hoje em dia indubitavelmente reconhecidas como proto-históricas, e sobre a sua posterior romanização, no quadro da conquista e estabelecimento do poder político-militar romano e subsequente processo de aculturação por parte das comunidades indígenas.

A metodologia de que nos servimos compreendeu, para além da habitual revisão bibliográfica, a inventariação e cartografia de todos os achados de estruturas ou objectos de época romana feitos na cidade do Porto, quer decorrentes de descobertas ocasionais, quer provenientes das intervenções arqueológicas que

desde a década de 1980 têm tido lugar na área do Município. Salvo casos de conhecimento directo ou de trabalhos pelos quais fomos responsáveis, não recorreremos à análise dos materiais procedentes das escavações para efeitos de caracterização ou datação dos sítios. Assim, e considerando que são escassíssimas as intervenções arqueológicas que se encontram publicadas, recorreremos apenas aos relatórios técnicos, de onde decorrem sérias limitações, nomeadamente pelo facto da maior parte dos trabalhos terem produzido apenas relatórios preliminares, pouco desenvolvidos e onde o espólio está sistematicamente ausente.

Uma outra observação tem aqui cabimento, respeitante à valoração dos vestígios de época romana detectados nas escavações feitas no Porto. Além dos locais onde foram reconhecidos níveis estratigráficos ou estruturas romanas, registámos também os materiais avulsos encontrados em depósitos de aterro e descontextualizados, mesmo que um simples fragmento de *tegula*¹, e os achados ocasionais, nomeadamente os mais antigos. Estamos cientes de que um pedaço de mó giratória ou um bocado de telha não são necessariamente um sinal de ocupação antiga de um dado local, e de que

1 É bem sabido que a utilização de telha plana extravasou largamente o período romano. Porém, sendo muito difícil, sem contexto arqueológico seguro, a datação dos materiais cerâmicos de construção, considerámos convencionalmente em todas as ocorrências a tegula como de cronologia romana (o mesmo já não pode dizer-se do imbrex, que nunca surge documentado nos achados dispersos pelo facto de ser confundido com a tradicional telha de meia-cana, ou “mourisca”, usada por todo o País desde tempos antigos).

os objectos viajam por vezes longas distâncias em processos pós-deposicionais. Todavia, considerando a quantidade e a qualidade dos elementos romanos respeitantes ao Porto, entendemos que, pelo menos nesta fase, o registo e a cartografia sistemática desses pequenos achados têm uma utilidade que não pode ser descurada, sobretudo nas áreas da cidade onde as escavações arqueológicas têm sido menos frequentes. Não obstante as nossas limitações, um levantamento como este, com alguma avaliação arqueológica e cronológica, encontrava-se por realizar, salvo pequenas compilações ou trabalhos académicos muito pontuais, de onde decorre ser o Porto com muita frequência secundarizado ou tratado de forma demasiado genérica em estudos de mais amplo âmbito geográfico, precisamente por falta de divulgação das pesquisas modernas.

Em Anexo apresenta-se, com informação necessariamente sintetizada em relação à versão original deste trabalho², o *corpus* de sítios e achados da romanização do Porto, bem como a cartografia das ocorrências. A remissão para o catálogo de sítios e achados é feita entre parêntesis rectos (por exemplo [7], [34]).

História e arqueologia das origens do Porto

As origens do núcleo urbano do Porto suscitaram a vários cronistas e outros estudiosos diversas explicações mais ou menos fantasiosas entre os séculos XVII e XIX, teses tanto mais duvidosas ou mesmo extravagantes, quando incidiam nos períodos mais antigos, para os quais se calam as fontes históricas e só a arqueologia pode iluminar. Destas teorias podem ver-se elucidativas sínteses na *Descrição Topográfica da Cidade do Porto*, de 1788 (COSTA 2001) ou no bem conhecido dicionário oitocentista de PINHO LEAL (1878:270ss).

Ao longo da centúria de Oitocentos, beneficiando já do aprofundamento do conhecimento histórico que resultava da ciência arqueológi-

ca, vários estudiosos começaram a sistematizar os dados sobre as origens da urbe e da ocupação humana na região, afastando mitos literários e conjecturas infundadas. Dessa fase dos estudos históricos sobre o Porto, bem ilustrada em PINHO LEAL (1878:270ss.) ou nas *Antiguidades do Porto* de Simão Rodrigues FERREIRA (1875), obra bastante actualizada para a época e popularizada por dicionários e corografias (LEMOS 1910:814) resultavam duas perspectivas: a que se referia aos primórdios da ocupação humana, onde actuavam como entidades de análise as antas e mamoads, os castros ou os “galo-celtas” (nebuloso colectivo que tanto aludia a invasores forâneos como aos povos indígenas aqui estabelecidos à chegada dos romanos); e a da fundação da cidade propriamente dita, “cercada de elevados muros e ornada com todos os edifícios necessários a formarem a sua grandeza”, na definição de PINHO LEAL (*Id.*:273).

Em relação a esta última, a tese dominante, e ainda de larga tradição no século XX, baseava-se nas supostas Actas do Concílio de Lugo de 569, ou *Parochiale* dos Suevos, que distinguia o *castrum antiquum* da margem Sul do Douro (Gaia) do *castrum novum* portuense, ou, na versão interpretada de Fr. Bernardo de Brito, “*romanorum*” o gaiense, “*suevorum*” o do Norte, como adiante veremos. Assim, o monte do Castelo de Gaia era considerado o núcleo mais arcaico de povoamento concentrado da região, admitindo-se embora algum estabelecimento humano, de menor expressão, a Norte, com funções portuárias ou de apoio à travessia do Douro. O modelo fundacional da cidade atribuía apenas aos Suevos a criação da urbe, se bem que começasse a intrigar alguns estudiosos a rapidez com que o Porto – se fundado tão tardiamente – alcançou pouco tempo depois tanta projecção regional, como sede de bispado e centro de emissões monetárias.

Na monumental *História da Cidade do Porto*, Damião PERES (1962) dedica desenvolvido capítulo às origens do Porto, acolhendo sobretudo as teses de Mendes Correia sobre a Cidade e aproveitando alguns achados entretanto efectuados, como a ara aos Lares Marinhos ou os fustes de coluna em calcáreo aparecidos na área da Sé anos antes. Durante os anos seguintes as pesquisas histórico-arqueológicas sobre a cidade quase se resumiram ao debate sobre

2 Apresentado à Fac. de Geografia e História da Univ. de Santiago, como Trabalho de Investigação Tutelado no âmbito do Curso de Doutoramento do Autor, com o título “Ocupação da época romana na cidade do Porto. Reflexões sobre Cale ea romanização da fachada atlântica”, sendo tutor Manuel Villanueva Acuña, a quem aproveitámos para agradecer o estímulo, apoio e orientação.

Cale/Portucale, de que trataremos adiante, sem prejuízo de alguma actualização da carta arqueológica regional (BRANDÃO 1977).

Foi necessário esperar pela década de 1980 para que o desenvolvimento da prática arqueológica em meio urbano levasse à plena confirmação científica, através da identificação de estruturas e numerosos objectos, quer da ocupação romana da cidade, quer sobretudo do núcleo indígena principal a partir do qual se espalhou a cidade primitiva. Em finais dessa década, o estabelecimento de um serviço municipal de arqueologia, o Gabinete de Arqueologia Urbana, permitiu sistematizar algumas informações até aí dispersas e sobretudo implementar na gestão municipal, ao nível do licenciamento de operações urbanísticas, mecanismos de salvaguarda que obrigam à avaliação prévia de todos os projectos construtivos situados em zonas arqueologicamente sensíveis (OSÓRIO; SILVA 1994; SILVA, A. M. 2000a; 2003; 2004).

Assim, entre 1980 e a actualidade realizaram-se na cidade do Porto mais de 350 intervenções arqueológicas, incluindo sondagens, escavações extensivas e acompanhamentos arqueológicos de obra, cujos resultados, na sua imensa maioria inéditos, aportam dados de interesse quer para o estudo da ocupação da região na Antiguidade, quer para a compreensão da evolução da mancha urbana nos períodos mais recentes.

Todavia, como foi salientado em síntese recente para Espanha (RODRIGUEZ TEMIÑO 2004), a arqueologia urbana tem potencialidades e grandes limites. Se por um lado possibilita o reconhecimento de numerosos sítios arqueológicos (e numa cidade, considerada como um sítio único, numerosas sondagens dispersas), gera uma mole imensa de informação que em curto espaço de tempo se revela praticamente impossível de processar. Este problema, registado já há décadas em muitos países, leva a que se acumulem nos arquivos dezenas de metros de relatórios e outros registos e milhões de objectos se “reenterrem” em depósitos, com escasso aproveitamento científico e social. Esta crise, ou fracasso, quase podemos dizer, da arqueologia urbana torna improfícuos, ou pelo menos difere largamente a utilidade da maior parte dos trabalhos arqueológicos. Neste quadro, é bastante preocupante

que das mais de três centenas de intervenções feitas no Porto, nem 5% se encontrem publicadas, e destas praticamente nenhuma com monografia integral, incluindo o estudo e caracterização dos espólios.

Cale nas fontes clássicas

São escassas as fontes clássicas que mencionam o topónimo *CALE*. Segundo revisão recente, o termo apenas aparece documentado no Itinerário de Antonino, na Cosmografia do Anónimo de Ravena e na Crónica de Hidácio, bispo de Chaves (GUERRA 1998:369).

A referência mais antiga encontra-se no designado Itinerário de Antonino, um roteiro viário que parece datar do período de Diocleciano (compilado porventura entre os anos de 284 e 290, ainda que aparente aproveitar informações mais antigas), que regista o topónimo *CALEM* como a última das estações viárias antes de *Bracara* na descrição da via *ab Olisippone Bracaram Augustam* (ROLDAN 1975:67; MANTAS 1996:209).

A *Cosmographia* do Anónimo de Ravena é uma compilação essencialmente do séc. VII, porventura na tradição de um documento cartográfico latino datável em torno do século III, que aliás poderá também ter servido de fonte para a *Tabula Peutingeriana* (MANTAS 1996:213-24). O cosmógrafo anónimo alude à mesma estação viária, de forma aparentemente deturpada, como *cenoopi docalo* (ROLDÁN 1975:123), expressão que Vasco MANTAS (1996:645-51) desdobra e interpreta como duas estações viárias diferentes, *CAENO OPPIDUM* e *CALO*, não deixando de ser pertinentes as dúvidas de J. ALARCÃO (2005:305) quanto ao desdobramento. A. GUERRA (1998:369), todavia, acolhe a opinião de Mantas, considerando a leitura *CALO*, aparentemente um nome de tema em *-o*.

A. GUERRA (*Ibid.*) refere ainda a variante *CALE* na Crónica de Hidácio, bispo de *Aquae Flaviae* (Chaves), um texto de finais do século V de grande significado para a história do Noroeste peninsular. Todavia, as formas que encontramos nas três passagens da referida crónica onde o ocorre o topónimo são, segundo o texto crítico de A. TRANOY (1974), a partir do manuscrito berlinense: *ad locum qui portumcale appellatur* (§ 175); *Agiulfus...*

Portucale moritur (§ 187); e *Portumcale castrum... inuadit* (§ 195), com as variantes *portugale*, *portocale* ou mesmo *portugali* segundo outros manuscritos (TRANOY 1974, II: 156-62). Noutras edições, como a espanhola de M. MACÍAS (1906), o nome de lugar surge, naquelas três passagens do Cronicão, invariante como *portucale*. Assim, ainda que A. GUERRA tenha considerado o termo grafado nos diferentes manuscritos da tradição hidaciana como um substantivo composto [*portu(m)+cale*], não nos parece despicienda esta observação, considerando o profundo debate filológico e historiográfico que os termos *Cale*, *Portus*, *Portuscale*, *Portucale* e outros têm vindo a suscitar.

A estas fontes, a historiografia tradicional deste tema acrescenta geralmente uma informação de Salústio, autor do séc. I a.C., transmitida por Sérvio no séc. IV, onde se leria, a propósito da suposta tomada de *Cale* pelo general Perpenna, a especificação de que este local se referia não a *Cales*, na Campânia, mas a *CALÉ*, situada na Gália ou – como emendou o seu editor renascentista, Vossius – na *Gallae-cia*. Se bem que muito controversa, esta fonte revelase importante porque, a ser aceite, não só constitui a mais antiga referência a *Cale*, como lhe atribui um evento histórico preciso, o da sua conquista pelo general romano Perpenna, ou Perperna, no ano de 74 ou 73 a.C., informação que tem vindo a ser repetida acriticamente por muitos autores.

Sérvio Honorato, gramático do séc. IV, a quem se deve a transmissão de uma parte das obras perdidas de Salústio, comentando uma passagem da *Eneida* de Virgílio, *Cales linquunt*³, vê-se na necessidade de esclarecer: *Cales civitas est Campaniae; nam in Flaminia quae est Cale dicitur. Est et in Gallia hoc nomine, quam Salustius captam a Perperna commemorat*⁴. Ou seja, em tradução livre, “a cidade de **Cales** fica na Campânia, não é a da Flaminia, que se chama **Cale**. E com este mesmo nome [**Cale**] há outra na Gália, cuja conquista por Perperna é celebrada por Salústio”.

Por considerar erro de Sérvio ou desconhecer qualquer cidade designada como *Cale* na

3 Ou seja, “deixam Cales” (*Eneida*, Canto VII, 728).

4 Vd. por exemplo MACHADO s.d.:18; CORREIA 1940:182; ALBUQUERQUE 1962. Texto disponível em <http://www.attalus.org/latin/sallust3.html>.

Gália, Gerardo Vóssio emendou *Gallia* para *Gallaecia*, emenda que foi aceite e reproduzida por muitos Autores, tanto por parecer aludir à *Cale* duriense como por eventualmente ajustarse à possibilidade da cidade ter sido de facto tomada por Perpenna, uma vez que aquele general esteve na Península por essa altura, no quadro das guerras sertorianas.

Na realidade, admitida a emenda de *Gallia* para *Gallaecia* por reputados estudiosos como Leite de VASCONCELOS (1905:29; 1913:140; 1931) ou Adolf SCHÜLTEN (1931:233), esta passagem literária constituiu uma das peças basilares para a teoria desenvolvida a partir de 1932 pelo Prof. Mendes Correia, que defendia que o núcleo populacional que deu origem à moderna cidade do Porto, a *Cale* das fontes antigas, estava situado na margem direita do rio Douro, num dos pontos elevados da cidade, o morro da Cividade, vizinho da elevação da Sé (CORREIA 1932a; 1932b; 1934a; 1934b; 1935; 1936; 1938; 1940; 1950), tema a que volveremos.

Na polémica que entretanto estalou sobre o tema, logo alastrada à questão de *Portucale* e do berço, pelo menos corográfico, da nacionalidade portuguesa, outras opiniões se levantaram, polarizadas, um pouco mais tarde, em torno de A. Sousa Machado, que recusou a validade do trecho de Sérvio-Vossio (mais que de Salústio) para a indagação das origens portuenses (MACHADO 1955; 1956; 1957; 1965a; 1965b; 1968a; 1968b; s.d.), mas para as quais deu extraordinário contributo J. Pina Manique e Albuquerque, que a partir de uma detalhada análise da geografia militar da segunda fase das guerras civis da República, nomeadamente após a morte de Sila, entre o ano de 78 a.C. e a ditadura de Pompeu, propôs que as duas cidades designadas como *Cale* por Sérvio seriam na verdade uma só, localizada na Península Itálica e num teatro de guerra onde também Perpenna se destacou.

Segundo este autor, a *Cale* situada por Salústio na *Gallia* ficava no antigo *Ager Gallicus*, designado à época como *Gallia Togata* (por ser uma circunscrição senatorial e de romanização antiga) após a sua separação da Gália Cisalpina. Aquele *uicus*, onde curiosamente existiu também uma *mutatio* da Via Flaminia,

corresponde à actual comuna de Cagli⁵. Com a remodelação administrativa de fins do século II a região tomou o nome da estrada que a atravessava a partir de Roma, a via Flaminia, e no século IV, no tempo de Sérvio, constituiu a *Provincia Flaminia*, assim se justificando quer a explicação de Sérvio, quer a indicação original de Salústio, que erroneamente Vóssio terá alterado (ALBUQUERQUE 1962).

No segundo aspecto em que a citação de Sérvio-Vossius pode interessar à história hispânica, admitindo-se a justeza da correcção do humanista, ou seja, a suposta expedição de Perpenna à foz do Douro por alturas de 74-73 a.C., as opiniões dos especialistas denotam bastante cepticismo. Se alguns Autores a admitem sem crítica, como LÓPEZ-CUEVILLAS (1989 [1953]: 336), RODRIGUEZ COLMENERO (1979:17), Alain TRANOY (1981:130), Vasco MANTAS (1996:640) ou A. C. Ferreira da SILVA (1994:82; 2000:98); Jorge de ALARCÃO considera-a “uma duvidosa referência de Salústio” (1988:24) e “notícia literária muito controversa” (1990:349), enquanto Carlos FABIÃO considera bastante improvável que Perpenna, numa altura já de declínio militar, se deslocasse à fachada atlântica para conquistar uma posição tão afastada das anteriores frentes de combate (1992:221-2).

Desta forma, com a devida segurança, ficam as fontes literárias respeitantes a *CALE* reduzidas ao testemunho do Itinerário de Antonino, de finais do séc. III, e à listagem do Anónimo de Ravena, documento mais tardio mas que poderá traduzir, também uma situação relativamente coeva da do primeiro itinerário. Infelizmente, a epigrafia tem-se mantido completamente muda acerca deste nome de lugar, não interessando ao nosso propósito as diversas inscrições do Noroeste que registam o etnónimo *Callaeci*, sob qualquer das suas formas.

Aliás, a partir do século VI, com a excepção, tardia, da *Cosmographia* do ravenate, as fontes calam-se acerca de *CALE* para dar lugar às formas *PORTUCALE*, *PORTUSCALE*, *PORTOCALÉ*, ou afins, como pode ler-se em moedas visigodas cunhadas nesta ceca entre os séculos VI e VII (GARCIA 1947; MARQUES *et al.* 1995), ou num outro documen-

to fundamental, que voltaremos a abordar, o *Parochiale* suévico, de finais do século VI (DAVID 1947), o qual, ao distinguir o *castronovo* da margem direita do Douro do *Portucale castrum antiquum* do lado Sul, alimentou um século de debates que não estão ainda cabalmente solucionados.

O debate historiográfico sobre a localização de *Cale*

A disputa sobre a prioridade fundacional ou importância relativa dos dois núcleos habitados desde há muito numa e noutra margem do rio Douro – Porto e Vila Nova de Gaia – acompanha desde sempre a historiografia portuguesa, tema tanto mais estimulante quanto releva para a própria explicação da génese da designação do País.

Em 1964, por ocasião de uma exposição bibliográfica sobre o tema, elencavam-se já, em repertório naturalmente não exaustivo, cerca de 120 estudos e trabalhos sobre as origens do Porto e a questão de *Cale*>*Portucale*>*Portugal* (BRANDÃO 1965). De então para cá, várias dezenas de títulos foram acrescentados à lista (ARQUIVO 1984), se bem que a partir da década de 1980 o debate pareça ter esmorecido um pouco, curiosamente a partir do momento em que, finalmente, a arqueologia podia começar a dar alguns contributos para a discussão, que durante décadas se revelou acesa, quando não mesmo extremada, pelos partidários das diferentes teses. Neste ponto, mais não pretendemos que esboçar algumas linhas gerais desta controvérsia. A escassez de fontes levou a argumentação até à exaustão e a conjecturas das mais inesperadas, entre o plausível e, por vezes, o risível. Por outro lado, o tema, que tem sido mais historiográfico que arqueológico, rapidamente se adentra pelo período medieval, época que escapa aos propósitos deste ensaio.

A visão mais tradicional sobre a ocupação arcaica da foz do Douro defende a maior antiguidade do pólo gaiense, como pode ler-se já na Crónica de D. Afonso Henriques, de Duarte Galvão (1435-1517): “...antigamente sobre o Douro foi povoado o Castello de Gaya, e por aportarem ahi mercadores e navios, e assi pescadores pelo Rio dentro ancorarem, e entenderem suas redes da outra parte para isso mais conveniente, se povoou outro lugar, que

5 Vd. por exemplo <http://www.comune.cagli.ps.it/guide/history.htm>.

se chamou o Porto, que ora é cidade mui principal” (GALVÃO 1906:43).

A historiografia oitocentista, com destaque para Alexandre HERCULANO (1846:445) continuou a acentuar a primazia do núcleo da margem esquerda do rio, onde teria sido não só a *Cale* do Itinerário de Antonino, como também o primeiro *Portuscale* (= porto de *Cale*), progressivamente alargado, por razões operativas, a um ponto de passagem (e de chegada, para quem pela mesma estrada se deslocasse de Braga para Sul) na margem Norte, onde existiria apenas um aglomerado discreto, tendo sido a verdadeira cidade fundada apenas em época sueva ou mesmo, no dizer de Herculano, bem mais tarde, “quando as conquistas dos cristãos se dilataram até o Douro (...) fundaram um castelo no monte mais eminente da margem direita, onde hoje existe a catedral” (*Ibid.*). Gradualmente, ainda segundo este historiador, as duas povoações ter-se-iam ligado numa única comunidade, à medida que o território portucalense se alargava quer para Norte, quer para o Sul do Douro.

Esta visão do desenvolvimento histórico da foz do Douro alimentava-se, documentalmente, de duas fontes das que já elencámos. Por um lado, das referências da Crónica de Idácio ao *portumcale locum* e ao *portumcale castrum*, onde pretendeu ver-se dois núcleos habitados distintos e a primazia resultante da fortificação do segundo; por outro, à clara distinção que nas supostas actas do Concílio de Lugo de 569 – a *Divisio Theodemiri*, ou *Parochiale* dos suevos –, igualmente se faz entre as povoações fronteiras.

Na verdade, neste documento, uma listagem de paróquias com atribuição às dioceses respectivas, com data crítica entre 572 e 582 (DAVID 1947:68), refere-se quer o *Portucale castrum antiquum*, de obediência ao bispado de Conimbriga (logo, na margem sul do Douro), quer, já como sede episcopal (*sedem Portu-galensem*), o *castro novo* situado na margem Norte (*Idem*: 34-7). Num dos manuscritos do *Parochiale* (transmitido por Fr. Bernardo de Brito, cronista de fiabilidade duvidosa), adjectivam-se mesmo ambos os locais: *castro novo Suevorum* e *Portucale castrum antiquum Romanorum*, precisões que Pierre David acolhe como “*un des plus solides arguments à*

l'appui de la thèse qui place sur la rive gauche le Cale primitif, le Portus Cale des Romains”, atribuindo aos Suevos a fundação do *Portucale* da margem direita (*Idem*: 79).

Na linha de Herculano, José Augusto FERREIRA (1923-1924) e Alberto SAMPAIO (1979 [1923]), defendem também a localização de *Cale* na margem esquerda, onde depois assentaria o *Portucale castrum* hidaciano; na margem direita, achava-se em tempos do bispo flaviense, e apenas na área ribeirinha, o *Portucale locum*, precisamente *ad extremas sedes Gallaeciae*, como também precisa o cronista (TRANOY 1974:154).

Esta pequena povoação, estabelecida “em sítio capaz de ser facilmente atracado pelos barcos, que completavam a via interrompida pelo rio e indispensável, quer para abrigar os passageiros do norte quando por força do temporal a travessia exigisse demora, quer para entreposto das mercadorias da *Gallaecia*” (SAMPALIO 1979 [1923]:15), não carecia sequer, segundo este autor, de aglomerado similar do lado Sul, sendo bastante para tal função o reduto fortificado no alto do actual Castelo de Gaia, continuando o historiador: “os dois «Portucale», adstritos ao serviço da estrada, completavam-na pelo transporte fluvial das pessoas e mercadorias, pouco ou nada se ocupando de empreendimentos marítimos, aliás nas duas margens até à Foz se encontrariam ruínas de construções apropriadas” (*Idem, Ibid.*).

Apesar das evidentes fragilidades desta tese, puro exemplo determinista de uma estrada que faz um lugar, e do aspecto curioso de Alberto Sampaio justificar o desinteresse dos autóctones pelo Atlântico pelo facto de não se terem encontrado vestígios materiais de instalações a isso destinadas, a proposta, que aqui apenas esboçámos⁶, recolheu entusiástico apoio de Leite de VASCONCELOS (1931), que dela discordou essencialmente acerca da localização da *Cale* do roteiro viário, que não considera provada situar-se a sul do curso fluvial, se bem que entenda ser perto da foz do rio.

6 Com efeito, Alberto Sampaio, e na sua linha outros estudiosos, aduzem outra documentação, já plenamente medieval, para justificar as permanências e mutações corónicas da área e o modo como deste humilde núcleo litoral cresceu o germe que viria a identificar uma região, promover um condado e dar sentido a um País.

A partir dos começos da década de 1930, o debate sobre as origens do núcleo urbano do Porto polariza-se em torno da figura de Mendes Correia. N' *As origens da cidade do Porto* (1932) pretende assentar em dados arqueológicos a ocupação antiga do Porto e região envolvente, à semelhança do que, poucos anos antes fizera Rui de Serpa PINTO (1927); e como fizera este investigador, publica também um cartograma assinalando diversos sítios arqueológicos, achados e topónimos sugestivos. Considerando a fragilidade dos argumentos com que a maioria dos Autores situara *Cale* a Sul do Douro, baseia-se essencialmente nas mesmas fontes literárias (o Itinerário de Antonino, Idácio de Chaves, o *Parochiale* e, naturalmente, o trecho de Sérvio-Salústio alterado por Vóssio) para defender a predominância do assentamento setentrional, mas acrescenta-lhe uma descoberta que entende decisiva.

Alertado para a existência do topónimo antigo *Cividade* – que relacionou com a *ciuitas* de Cales noticiada por Sérvio na Campânia – na área da cidade do Porto, Mendes Correia tinha vindo a localizar uma série de documentos medievos e modernos, o mais antigo remontando ao ano de 1307, que não só confirmavam o microtopónimo, como permitiam localizá-lo numa elevação existente um pouco a Nor-Noroeste do morro da Sé ou da Pena Ventosa (Fig. 1), onde tradicionalmente era apontada a maior probabilidade de estarem preservados eventuais vestígios antigos, nomeadamente do *castro novo* citado nas actas do concílio de Lugo (CORREIA 1932a:36ss.).

Entusiasmado com a descoberta, em Abril desse mesmo ano empreende escavações arqueológicas (as primeiras realizadas no Porto, deve sublinhar-se) em terrenos de umas casas ao Largo do Corpo da Guarda. Os resultados destes trabalhos não foram particularmente animadores, como honestamente reconheceu. Se bem que tenham sido encontrados “restos duma parede de pedra solta”, a quatro metros de profundidade, com a disposição de um arco de círculo, sugerindo os alicerces de uma “cabana circular citaniense”, os achados de fragmentos cerâmicos, pregos, moedas, ossos de animais, etc. não poderiam datar-se para além dos tempos medievos (*Idem; ibid.* 52), se bem que em trabalhos posteriores admitisse a existência de alguns materiais castrejos e romanos

entre o espólio (CORREIA 1950). Fosse como fosse, estava redescoberta a *Cividade* portuense, que correspondia, na topografia da cidade contemporânea, não só à elevação do Corpo da Guarda como também, no sopé a Poente, a toda a zona onde haviam sido construídos os mosteiros de S. Bento da Avé-Maria (entretanto demolido para a edificação da estação ferroviária de S. Bento) e dos Lóios (Fig. 1). Que esse local da antiga *Cividade* era o berço do núcleo urbano do Porto, cria-o Mendes Correia com convicção; que correspondesse também à estação romana ou sítio indígena de *Cale*, admitia-o, certamente, mas apenas como uma hipótese (CORREIA 1936:9).

Numa longa série de conferências, comunicações a colóquios, artigos e livros, Mendes Correia reitera e aprofunda as suas ideias nos anos subsequentes, esgrimindo argumentos históricos, arqueológicos, filológicos e toponímicos e ocasionalmente polemizando mesmo com Autores de que discordava (CORREIA 1932b; 1934a; 1934b; 1935; 1936; 1938; 1940; 1950). Na mesma linha, com diferenças mais ou menos pontuais, de ênfase ou localização dos pontos de atravessamento do Douro, merecem destaque os trabalhos de Artur de Magalhães BASTO (1940; 1948; 1963).

Na década de 1960, após a morte de Mendes Correia naquele ano, o debate é animado particularmente com a realização dos Colóquios Portuenses de Arqueologia (1961, 1962, 1964, 1965, 1966), que chegaram a ter secções próprias para a discussão do tema. Os aprofundados e bem documentados trabalhos de António de Sousa MACHADO (1955; 1956; 1957; 1962; 1965a; 1965b; 1968a; 1968b; s.d.) e a síntese de Torquato Sousa SOARES (1962) recentram na margem esquerda do Douro o núcleo povoado original e a estação viária romana, se bem que admitam (douta forma não faria sentido) um cais de atravessamento em cada uma das margens. A proposta de T. S. SOARES (1962:145-155), muito próxima da de Sousa Machado, é que a povoação *Cale* original ficaria na margem esquerda do Douro, criando-se um segundo núcleo, *Portus Cale*, na confluência da via romana com o Douro. Mais tarde, com a decadência do castro (*Cale*), a designação *Portucale* ter-se-ia alargado ao povoado original e ao da outra margem, onde o único núcleo povoado assentava em Mira-

gaia, cais e local de travessia do rio, enquanto na Pena Ventosa nunca teria havido qualquer povoação, quando muito algum templo pagão.

Divergem os dois autores, entre outros aspectos menos relevantes, na localização do *Portucale* da margem Norte, que Soares coloca na praia de Miragaia, a Poente da Pena Ventosa, e Machado no sopé do morro, onde o Canal Maior, ou Rio da Vila, desaguava no Douro. Ambos propõem que o atravessamento a partir de Sul se fizesse sensivelmente na enseada de Quebrantões, cerca de 2,5 kms a Nascente do *Portucale castrum* (actual Castelo de Gaia), o que nos custa um pouco a entender, uma vez que obrigaria à descida de um apreciável troço de rio, fosse para desembarcar em Miragaia, fosse na foz do Rio da Vila.

Entre muitos ensaios meramente repetitivos de teses alheias ou com propostas mal fundamentadas, merecem ainda destaque neste período alguns estudos de Rogério de AZEVEDO (1960; 1965; 1966; 1968), Luís de PINA (1965), Xavier COUTINHO (1968), Pereira de OLIVEIRA (1958; 1973) e Pina Manique ALBUQUERQUE (1962; 1978), o primeiro destes trabalhos particularmente interessante por deslindar o erro de Vóssio na inoportuna emenda de Sérvio que tanta tinta por cá fez correr. A generalidade destes autores alinhou, com pequenas variantes, pelas teses de Machado e Soares. Na *História da Cidade do Porto* dirigida por Damião Peres e António Cruz, o primeiro mostra-se todavia relativamente neutro, limitando-se a expor as diferentes propostas interpretativas (PERES 1962), talvez pela própria natureza da obra. Entretanto, a maior parte dos investigadores desinteressou-se um pouco da *Cividade* “descoberta” por Mendes Correia, abordada apenas por detalhes históricos ou toponímicos (MARÇAL 1967; 1968).

Num dos seus últimos textos sobre o assunto, A. Sousa MACHADO (1968a:52) começou com um desabafo: “O problema de *Portucale* parece ser um problema eterno”. Como é próprio da indagação do passado humano, sobretudo quanto é tão grande a escassez de fontes escritas ou outros testemunhos notórios, o progresso da investigação faz-se muitas vezes apenas à custa de hipóteses e conjecturas. Na verdade, os estudiosos que durante os primeiros três quartos do século XX se empenharam em propor soluções para as origens históricas

dos núcleos urbanos do Porto e Vila Nova de Gaia, não puderam contar com as informações que a arqueologia trouxe a estas duas cidades a partir das últimas décadas, o que actualmente altera bastante os dados do problema.

Os dados arqueológicos. Dos achados avulsos à moderna investigação arqueológica

A evidência arqueológica da ocupação da cidade na época romana remonta ao último terço do ao século XIX. Por alturas de 1868 dragagens relacionadas com a melhoria das condições da barra do Douro para a navegação e a construção do Passeio Alegre trouxeram à superfície uma estátua romana [3] que ainda hoje é a única encontrada na área da cidade, mas cujo achado não parece ter suscitado na altura particular entusiasmo, tendo ficado abandonada na praia até que em 1886 Possidónio da Silva a adquiriu para o Museu do Carmo, em Lisboa⁷.

Trata-se de uma figura masculina togada, em granito de grão grosso, de feitura rude decorrente da matéria-prima e do natural desgaste, de dimensões um pouco inferiores à escala natural, pois mede de altura 1,23 metros. O indivíduo está representado em pose solene, com a perna esquerda levemente avançada e a cabeça ligeiramente voltada à direita; veste uma túnica curta e toga, apertada por um cinto, cujas dobras estão representadas de forma esquemática; o braço direito, truncado, está flectido sob a vestimenta e repousa na dobra da toga, enquanto o braço esquerdo, pendente, segura um objecto indeterminado (SILVA, A. M. 2006).

A efectiva cronologia e contexto arqueológico da peça não são totalmente pacíficos. A escultura é datada do séc. I pela maioria dos estudiosos que a referiram (GARCIA BELLIDO 1949; MATOS 1966; 2005; SOUZA 1990; SCHATTNER 2003; 2004), considerando mesmo Thomas SCHATTNER a estátua do Porto como exemplo quase singular do “momento de introdução da escultura monumental no Noroeste hispânico (2004: 22). GARCÍA BELLIDO, na mesma linha, comentara já que esta peça “*es de interés para conocer el arte*

⁷ Na versão do Catálogo do Museu do Carmo (*Catálogo...* 1891); segundo outras versões da época, a peça terá ido para Lisboa logo na altura em que foi recolhida do rio (COUTINHO 1968).

popular lusitano-romano de época flavia, en la que probablemente se labró” (1949:192), observando, todavia, que, pelas características da vestimenta, melhor deveria “*datarse en la segunda mitad del Siglo I antes de J. C.*” (*Ibid.*), dúvida que não mereceu comentário à generalidade dos autores, com excepção de M. Barroca, que não tem dúvidas em classificar a estátua como uma encomenda, “copiada dos modelos clássicos” do bispo renascentista D. Miguel da Silva (1480/1556).

Este prelado, que aprendeu em Roma o gosto pelos estudos humanistas e pelas antiguidades clássicas, fez construir na foz do Douro, a partir de 1528, um complexo monumental que envolveu uma nova igreja matriz, com paços abaciais anexos, para estanciar quando viesse ao Porto, o farol de S. Miguel-o-Anjo e outras construções vizinhas, designadamente um templo com colunas erigido nas águas do Douro, de onde porventura o togado pode ser proveniente. Aí terá estado, à maneira de *Portumnus*, deus romano das estruturas portuárias (identidade iconográfica mais clara ainda se for interpretado como uma chave o objecto que a figura segura na mão esquerda, dada a associação de *Portumnus* com *Janus*, deus das portas e das passagens, que tem a chave como atributo corrente), a indicar a entrada da barra aos nautas, segundo celebra uma inscrição que mandou lavar no farol e sugerem alguns testemunhos (COUTINHO 1965) e revisão recente (BARROCA 2001). Assumindo-se esta possibilidade, a origem precisa da estátua ficará ainda mais indefinida, uma vez que D. Miguel era um coleccionista de antiguidades com relações com a área de Viseu, de cuja sé foi titular, zona de onde o monumento pode também ser originário, quer seja romano, quer se trate de uma imitação renascentista (SILVA, A. M. 2006)⁸.

⁸ Em desabono da sugestão de M. Barroca, entendemos que D. Miguel da Silva, habituado ao mecenato de bom gosto de Roma e que por cá deixou materializado em várias obras de arte, não deveria contentar-se – a aceitar-se a tese da encomenda por parte do prelado – com uma imitação tão grosseira e popular de uma divindade antiga. Quando muito, haveria de curar para que a obra escultórica se fizesse, senão já em mármore, pelo menos em boa ança de Coimbra. Pelo contrário, a favor da origem indígena da escultura, se bem que em ambiente romanizado, naturalmente, joga o ênfase algo exagerado,

Nos começos do século XX, para além da notícia de alguns achados avulsos, como a de um tesouro numismático proveniente da área de Miragaia, composto por uns milhares de moedas romanas [4], entretanto perdidas (HIPÓLITO 1960-61), a consideração da importância dos vestígios arqueológicos para o estudo das origens da cidade reacende-se na sequência do interesse de Mendes Correia pela localização do topónimo *Cidade*, levando a descobertas pontuais de materiais cerâmicos e outros vestígios romanos, quer nas pesquisas conduzidas por aquele autor na própria *Cidade* (CORREIA 1932a; 1934a; 1935; BARROCA 1984; GONÇALVES 1984), quer sobretudo em resultado das profundas alterações urbanísticas resultantes da abertura da Avenida D. Afonso Henriques e do arranjo da envolvente da Sé do Porto, de onde decorrem diversos achados nos anos 1940-50, nomeadamente alguns monumentos epigráficos e restos arquitectónicos, a que nos referiremos.

Vários ensaios de síntese vieram entretanto a lume, articulando os escassos dados arqueológicos com inferências toponímicas e informações recolhidas em documentação histórica. Após o esboço pioneiro de Serpa PINTO (1927), Mendes Correia traçou as linhas gerais da evolução do povoamento entre a pré-história e o domínio romano, plasmadas na célebre “Carta do Porto Pré-e Proto-histórico” do Instituto de Antropologia do Porto (CORREIA 1932a; 1935; 1938), elemento de referência que se manteve relativamente actualizado durante quase meio século. A visão do Prof. Mendes Correia sobre as origens da cidade seria consagrada, completada com novos dados e uma visão historiográfica naturalmente mais moderna, na *História da Cidade do Porto* de Damião PERES (1962), que representa um

já notado por García y Bellido, que o artista pôs no pregueado da vestimenta, ao invés do rosto ou outros traços distintivos do personagem, tratados com menor habilidade. Ao contrário dos retratos lavrados em contextos mais eruditos, em que interessava que a representação do indivíduo (mais que o traje, que era o comum na sua posição) fosse o mais fiel e conseguida possível; na arte de aculturação, seria por vezes o exacerbar das vestes que melhor traduzia a *romanitas* daquele que se fazia representar.

balanço da arqueologia portuense da primeira metade do século XX.

A moderna actividade arqueológica na cidade do Porto inaugura-se em 1980, ano em que uma intervenção realizada na Praça da Ribeira (SILVA, A. C. 1980; 1984a) constitui o primeiro sinal da necessidade de fazer acompanhar os trabalhos de recuperação arquitectónica e reabilitação urbana das áreas degradadas do centro histórico do Porto das correspondentes acções de salvaguarda e investigação arqueológica.

Em 1984 iniciou-se a importante escavação na casa da Rua D. Hugo, nº 5, no coração do morro da Sé ou da Penaventosa [23], que viria a proporcionar as primeiras estruturas castrejas e romanas encontradas na cidade, associadas a espólio e estratigrafias seguras (REAL *et al.* 1985-86; REAL; OSÓRIO 1993). De forma clara, verificou-se que o povoado indígena da Idade do Ferro, com origens no Bronze Final, se situava de facto naquela elevação da Penaventosa e não, como supunham Mendes Correia e outros na sua esteira, na vizinha colina da Cividade. Nos anos subsequentes foram ainda realizadas outras intervenções, sobretudo por parte dos arqueólogos municipais, com interesse para a ocupação romana da cidade, como as do Castelo de S. João da Foz (1987-1992), onde apareceu, reaproveitada, uma ara romana [25], Morro da Cividade (1990-91) e Casa-Museu Guerra Junqueiro (1994-96), também na Rua D. Hugo. Por essa altura, (1994) a arqueologia comercial faz a sua aparição na cidade, sendo de então para cá praticamente toda a actividade arqueológica feita nesse regime.

Vestígios arqueológicos da romanização na cidade do Porto

Arquitectura urbana

Pouco pode ainda dizer-se, com base nas estruturas arquitectónicas identificadas no casco histórico, das técnicas construtivas ou tipologias arquitectónicas do período da ocupação romana do aglomerado. Têm aparecido tramos de muros romanos, correspondentes a estruturas habitacionais ou de outra natureza, em várias intervenções arqueológicas, mas na generalidade esses restos construtivos ou se acham já bastante destruídos e truncados, ou

simplesmente a área coberta pelas sondagens não é bastante para delinear qualquer planta ou permitir interpretações mais arrojadas. As ruínas mais expressivas encontraram-se na Rua D. Hugo, 5, na Rua de S. Sebastião, no Largo do Colégio, 9-12, na Rua de Santana, nº 25 e, por fim, na Casa do Infante⁹ (Figuras 7 e 8).

Na rua D. Hugo, 5 [23] apareceu, como dissemos, parte de uma construção de planta ortogonal, com as esquinas arredondadas, com pavimento interno empedrado, de blocos de pequena e média dimensão. As dimensões máximas dos muros eram de 2,3 x 1,10 metros e encontrava-se sobreposta e truncada, a Nordeste, pelo que pareceu ser a face de uma muralha baixo-imperial.

No subsolo da designada “Casa Amarela” [24], um imóvel do gaveto da Rua de S. Sebastião com a Rua da Penaventosa, apareceram vários tramos de muros, que parecem configurar um ou dois compartimentos de plano ortogonal. No exterior, todavia, uma outra intervenção [39] pôs à luz do dia os restos de uma construção de planta rectangular de que se via apenas um dos lados menores. Anexo a este edifício existia um pequeno compartimento cujas paredes se encontravam internamente impermeabilizadas, junto à base, como para conter água ou outro elemento.

Na Rua de Santana, nº 25 [45], encontraram-se restos de dois muros tardo-romanos, relativamente estreitos, que se encontravam em ângulo levemente obtuso, medindo respectivamente 3 e 2,6 metros de extensão. No Largo do Colégio, 9-12 [52], por sua vez, apareceu parte de uma habitação, definida por uma construção angular, com um piso em saibro endurecido, sobre o qual se detectou uma lajeira delimitada com pequenas pedras, tendo um dos muros sido interpretado como exterior e outro como de compartimentação interna.

Os edifícios romanos da Casa do Infante [27] serão, até à data, os mais notáveis descobertos na cidade (Fig. 3). Trata-se de ruínas de vários edifícios, cujo faseamento cronológico e interpretação planimétrica permanecem ainda em

9 Para não sobrecarregar em demasia o texto omitimos por vezes na referência aos sítios e achados a indicação da bibliografia técnica, que pode ser vista no Inventário anexo.

estudo. Uma das construções, todavia, corresponde a parte de uma residência, de orientação NO./SE., com cerca de 24 x 20 metros, composta por vários compartimentos dispostos em torno de um pátio lajeado de planta rectangular, lajeado, encontrando-se os pavimentos de dois desses compartimentos revestidos a mosaicos (DORDIO, no prelo; SILVA, A. M. 2005), enquanto a parede da ala Sul, situada numa zona de maior pendor no sentido do rio, exhibe contrafortes exteriores, sugerindo a possibilidade da existência de diversos pisos. Nas proximidades, sem que possa determinar-se qualquer associação a este edifício, localizou-se um poço circular.

A planta destas ruínas permite identificar uma residência urbana de prestígio, articulada em redor de um pátio aberto, que podemos conjecturar ser uma parte posterior da casa, se considerarmos a inexistência de qualquer *impluvium* ou estrutura porticada, mais próprios de um pátio nobre de recepção. Estas construções têm sido interpretadas por M. Real, coordenador do projecto de investigação da Casa do Infante, como um “palácio romano, datável do séc. IV, com um grande armazém voltado para a zona portuária”, sugerindo-se mesmo que tal edifício pudesse ter tido “funções aduaneiras ou, pelo menos, de apoio à actividade portuária, já que possuía um grande armazém ligado à praia fluvial” (REAL 2005; REAL *et al.* 2009).

De uma forma mais prudente, P. Dordio – outro dos responsáveis pelos trabalhos arqueológicos – recorda que os vestígios de construções romanas correspondem apenas “a estruturas descontínuas constituídas por curtos troços de muros, ou tão só a valas de fundação (...) dispersas por uma área alargada, reconhecendo-se em planta articulações que revelam a existência de vários edifícios” (DORDIO, no prelo), o que aliás é patente na planta, onde é bem visível a dificuldade de interpretação da planta ou plantas dos edifícios, parecendo ver-se a Poente alinhamentos algo divergentes, junto a um poço.

Os dois compartimentos com o pavimento revestido a mosaico policromo (Fig. 4), situam-se no que parece ser a ala Norte do edifício. O mosaico I, na sala do ângulo Noroeste, que se encontrava muito deteriorado, apresenta dois painéis justapostos, evidenciando uma

“composição linear de arcadas de peltas em arcos geminados”, na cercadura, e “composição ortogonal de rodas de peltas com nós de Salomão ao centro” (DORDIO, no prelo); o mosaico II é um “mosaico de tapete único de composição ortogonal e painel quadrado axial interrompendo a composição”; mostra uma composição linear de círculos secantes e tangentes determinando fusos brancos e escamas afrontadas”, na margem, sendo a zona central definida por uma “composição ortogonal de quadriláteros de peltas flanqueando um quadrado com quatro folhas tangentes e florzinhas em cruz nos intervalos” (*Idem*). No quadro inserto, enquadrado por várias séries molduradas, não se conservou o tema central. P. Dordio propõe para estes mosaicos uma datação dentro do séc. IV, consistente com a proposta para a generalidade das ruínas romanas da Casa do Infante (*Ibid.*).

Outros restos de construções romanas, de menor expressão, foram localizados na Casa-Museu Guerra Junqueiro [28], no Largo Dr. Pedro Vitorino [38], em escavações recentes no pátio da sacristia pequena da Sé do Porto [76] (*Ruínas* 2004) e numa pequena sondagem efectuada no nº 56 da Rua Mouzinho da Silveira [66] (ALMEIDA; ALMEIDA 2002), aqui com a particularidade de estarmos já no sopé do castro, fora dos respectivos muros.

De todas estas ruínas romanas encontram-se datadas as da Rua D. Hugo e as da Rua de Santana, que parecem remontar ambas, pelos materiais associados, ao século I, e as da Rua Mouzinho da Silveira, que serão baixo-imperiais. As construções encontradas na Casa do Infante, incluindo os pavimentos com revestimento musivo, corresponderão aos séculos III-IV, com ocupação pelo menos até ao séc. VI.

Sistema monumental defensivo

Troços de amuralhamentos antigos foram já encontrados em quatro pontos do morro da Sé: (a), no Largo do Colégio, 9-12, a O.SO. na encosta O.SO. do morro da Sé; (b), em diversas casas da Rua e Largo da Penaventosa, a O.NO. da mesma elevação; (c) no Quarteirão da Bainharia, na vertente N.NO.; e finalmente (d), na Rua D. Hugo, 5, a Nordeste do castro (Fig. 2).

Na intervenção do Largo do Colégio, 9-12 [52], apareceram duas estruturas que foram indicadas como podendo pertencer a um amuralhamento de época romana. Encontraram-se numa plataforma exterior ao imóvel, voltada para a Rua dos Mercadores e fora já do traçado da cerca românica, que serve de alicerce às paredes posteriores do prédio.

Trata-se de um muro de silharia de vulto, em *opus vittatum* de boa isodomia, prolongado por um pano de planta subcircular ou elíptica que parece poder constituir um torreão, talvez à semelhança dos da muralha de finais do século III de *Bracara Augusta* que apareceram na zona do Fujacal daquela cidade (LEMOS *et al.* 2001).

Infelizmente, o grande desnível topográfico do patamar onde se localizou esta estrutura e a pouca estabilidade de outras construções superiores não permitiram, por razões de segurança, que a escavação prosseguisse para além dos potentes níveis de derrube, e além do mais os depósitos da plataforma acham-se já perturbados por uma obra de reforço e consolidação anterior à intervenção arqueológica. Não obstante, os vestígios então registados permitem concluir, com grande verosimilhança, que a estrutura monumental ali detectada seria na verdade a muralha romana, não tendo ainda sido adiantada qualquer proposta para a sua datação (VARELA; CLETO 2001).

Na Rua e Largo da Penaventosa, poucas dezenas de metros a Noroeste daqueles vestígios do Largo do Colégio, foram encontradas estruturas relacionáveis com uma muralha romana em diversas casas escavadas pelo Gabinete de Arqueologia Urbana [48 a 51; 71, 72, 74]. Tomando como referência os vestígios identificados nas parcelas correspondentes à Rua da Penaventosa, 25-27 e Largo da Penaventosa, 17-21 e 23-27 [74, 72, 71], intervenções onde essas ruínas eram mais claras ou estão estudadas com maior profundidade, observou-se que o alçado exterior daquelas parcelas assenta, ao longo da profunda escarpa voltada à Rua da Bainharia, nas primeiras fiadas de um muro relativamente largo seguramente constitutivo de uma cerca defensiva (Fig. 5).

Não obstante também aqui apenas ser acessível o paramento interno e parte do topo conservado desse muro, puderam observar-se com

maior pormenor os seus aspectos construtivos e os depósitos onde foi fundado. Nas parcelas onde ultimamente foi detectada (*Alicerces...*2003), a muralha, visível em tramos que variavam entre os 2,00 e os 2,30 metros de extensão, conforme as sondagens e as condições dos locais, apresentava um alçado máximo conservado de 1,75 metros e era feita de blocos de granito rudemente aparelhados de médio e grande calibre, grosseiramente afeiçoados a pico na face externa, assentes com auxílio de uma terra argilosa, de coloração avermelhada, e com as juntas colmatadas com rachão miúdo também de granito, como se viu particularmente na sondagem executada no Largo da Penaventosa, nº 17-21. Neste ponto, estima-se que a muralha tivesse originalmente uma espessura superior a dois metros, datando-se a sua construção, pelo espólio associado, entre a 2ª metade do séc. I e a 1ª metade da centúria seguinte, segundo os dados do Largo da Penaventosa, 21 (SILVA *et al.* 2006), ou de meados/2ª metade do séc. I, de acordo com as observações do Largo da Penaventosa, 25 (SILVA *et al.* 2003)¹⁰.

No Quarteirão da Bainharia [86] apareceu recentemente outro tramo, este mais extenso e em melhor estado de conservação, da mesma muralha (Fig. 6). A estrutura, orientada OSO.ENE., apresenta, num dos pontos melhor conservados, uma largura de 1,90 metros, com um patamar exterior de reforço ou contrafortagem, considerando o grande declive da encosta, de 0,50 metros de largura média (FONSECA *et al.* 2009). O alçado, com uma altura interior superior a um metro, apresenta um aparelho de tendência poligonal, típico dos finais da Idade do Ferro. Os responsáveis pela intervenção datam por ora esta estrutura dos séculos II-I a.C., designando-a mesmo como pré-romana¹¹.

Finalmente, no sector Nordeste do morro da Sé, sob a parede tardoza da casa nº 5 da Rua D. Hugo [23], apareceu o paramento de um

10 Este ligeiro desfasamento cronológico, que poderá ser afinado com o estudo de outros tramos desta muralha aparecidos em intervenções próximas, decorre sobretudo da escassez dos materiais cerâmicos presentes nos níveis fundacionais da estrutura.

11 Agradecemos aos responsáveis pela intervenção e à firma Arqueologia & Património, a cedência de imagens e a permissão para a utilização destes dados.

muro, observado apenas no alçado interior. Este muro, que truncava uma construção do século I, era feito com blocos de apreciáveis dimensões dispostos em fiadas relativamente regulares. A estrutura, fundada em níveis do século III, foi interpretada pelos responsáveis pela escavação como o alinhamento de uma muralha do Baixo Império, erigida no quadro de instabilidade e potencial conflito que fez com que várias cidades do Noroeste peninsular erguessem ou reforçassem cercas defensivas nesse período (REAL *et al.* 1985-86; REAL; OSÓRIO 1993).

Temos assim evidência de estruturas monumentais defensivas localizadas já em vários pontos da encosta do povoado castrejo original. Apesar da informação disponível não ser abundante, as diferenças de cronologia e de aparelho construtivo recomendam-nos prudência na sua interpretação. As datações propostas para a sua edificação vão dos séculos II-I a.C. (Bainharia) ao Alto Império (Rua da Penaventosa) e ao Baixo Império (Rua D. Hugo e Largo do Colégio). Independentemente dos acertos e revisões cronológicas que venham a ser feitos, aquelas diferenças só encontram duas explicações possíveis: ou teremos dois circuitos muralhados distintos ou, simplesmente, estaremos perante diferentes momentos construtivos, ou de reconstrução, de uma mesma estrutura que, no essencial, parece acompanhar, ou andar muito próxima, do traçado da cerca medieval, como já tinha sido observado a propósito do troço do Largo de Vandôma, na Rua D. Hugo, 5 (REAL *et al.* 1985-86).

EPIGRAFIA

A epigrafia do Porto romano parece, a avaliar pelos testemunhos que podem reunir-se, relativamente pobre. Para além da referência a três ou quatro inscrições, hoje desaparecidas, que teriam sido localizadas na zona da Sé e eventualmente em Miragaia (CORREIA 1940), temos a registar apenas outros três monumentos epigráficos, dois resultantes de achados avulsos e um terceiro proveniente de um contexto arqueológico de reutilização.

Exposto na catedral portuense acha-se o fragmento de uma pequena ara em granito que foi encontrada numa das paredes do templo, reutilizada como material de construção [21].

No pequeno monumento, com uma altura de 28,5cm, apenas pode ler-se a parte final do formulário: VAL(eria) / MATER / NA VOT (um) / SOL(vit) L(ibens) M(erito), ou seja, “Valéria Materna cumpriu o voto (desconhece-se a que divindade) de boa vontade” (BRANDÃO 1984:15).

De maior potencial informativo é a ara encontrada em 1940, em granito, no decurso de obras de urbanização realizadas junto à Sé [06], dedicada aos Lares Marinhos: LARIBVS/MARINI/S VLPIV/S FLAV(u)S L(ibens)/VOTVM/SOLVI/T (Aos Lares Marinhos, Ulpio Flavio cumpriu o voto por sua vontade), segundo a última leitura publicada (CORREIA 1940; AZEVEDO 1960; SILVA, A. C. 1994; REAL 1998). Datará o monumento, segundo A. C. Ferreira da SILVA (1994:97) do século II.

Por último, nos alicerces do templo proto-românico que precedeu a igreja renascentista da Foz do Douro, encontrou-se uma outra ara votiva em granito [25] cuja inscrição é de difícil leitura, pela avançada degradação do granito (OSÓRIO 1993; 1994). Todavia, é possível decifrar a fórmula final dedicatória L(ibens) V(otum) S(olvit), antecedida da designação AQVIS, tendo A. C. Ferreira da SILVA (1994:97) sugerido uma eventual dedicação do monumento às AQVIS MAGAVDIIS (“Águas imensas”).

As epígrafes desaparecidas, registadas por HÜBNER, são também três, quando muito quatro [01, 02]. Uma delas (1869: 2370), terá aparecido num templo de S. Pedro nos subúrbios do Porto (provavelmente, se o informe é correcto, S. Pedro de Miragaia) e apresentaria a inscrição DVRI/C.IVLIVS/PYLADES (VASCONCELOS 1905:234; CORREIA 1940; ENCARNAÇÃO 1975:179-80; TRANOY 1981:275). Se o dedicante desta ara não levanta grandes dúvidas (Caius Iulius Pylades), já o nominativo de DVRI e a ausência da fórmula dedicatória levaram alguns autores a duvidar do carácter votivo da peça. Blanca GARCIA FERNÁNDEZ ALBALAT, em revisão recente (1995) admite-o sem dúvidas, considerando *Duri*, na linha de Tovar, como um dativo céltico e valorizando a ara no contexto do culto aos rios na Hispânia¹².

12 A proposta de J. GOMES (1952), desdobrando DVRI como D(e)V(Mat)RI não parece fazer sentido.

Terão ainda sido encontradas na Sé do Porto outras inscrições, igualmente registadas por Hübner e também perdidas (CORREIA 1940; BRANDÃO 1963; 1984). Duas são funerárias e teriam as seguintes epígrafes: CASSIA M I/DVTIA/H.S.E. (1869: 2371), que poderia desdobrar-se como *Cassia M(arci)F(ilia)/Dutia/H(ic) s(ita) e(st)*, segundo a lição de

D. P. BRANDÃO (1963:241; 1984:15); e IVLIA M F AVITA/H.S.E. (1869: 2372), ou, segundo o mesmo autor, *Iulia M(arci) F(ilia) Avita/H(ic) s(ita) e(st)* (BRANDÃO 1963:241; 1984:16). Uma terceira, registada ainda por Pinho BRANDÃO (1963:240; 1984:15), na sequência de uma nota de HÜBNER (1869: 2372), conteria apenas a inscrição C. IVLIVS, interrogando-se Mendes CORREIA (1940:186) se não terá havido por parte das fontes que a citam qualquer confusão com a epígrafe de *C. Iulius Pylades* acima referida.

Em relação a este minguado *corpus* de epigrafia portuense, deve notar-se, como foi salientado por A. C. Ferreira da SILVA (1994:97) a circunstância dos monumentos votivos, não obstante as dúvidas de leitura, parecerem invocar os Lares Marinhos, as Águas Imensas, e o próprio Douro, evidenciando o culto, por certo pré-romano, ao rio Douro (GARCIA FERNÁNDEZ ALBALAT 1995), como também às divindades aquáticas mais gerais, relacionadas nesta finisterra atlântica com o vasto oceano e traduzindo quer o relacionamento económico, quer a sacralização arcaica das entidades fluviais e marinhas que desde sempre configuraram este espaço natural, como o primeiro daqueles autores observa.

Circulação monetária

A numismática romana do Porto, designadamente a que se conservou e possui contexto arqueológico claro, não é particularmente abundante, do que dão nota sínteses recentes (MENDES-PINTO 1999; 2004).

Para além da referência a um tesouro aparecido em Miragaia, a numária romana restringe-se quase exclusivamente aos achados casuais feitos em obras, ou em escavações arqueológicas no Morro da Sé e na intervenção da Casa do Infante, sendo muito pontuais outras ocorrências. O tesouro de Miragaia [04], noticiado sucintamente por M. HIPÓLITO (1960-

61:47) terá aparecido em começos do século XX. Era composto por “uns milhares” de pequenos bronzes, que depois se dispersaram e perderam. Tratar-se-ia, sem qualquer dúvida, de um tesouro do Baixo-Império¹³.

Na Morro da Sé registou D. P. Brandão o aparecimento de mais de uma dezena de pequenos bronzes do séc. IV, achados quer em obras no terreiro da Sé, quer na plataforma do Seminário Maior do Porto (BRANDÃO 1963; 1984). Procedentes de diversos trabalhos arqueológicos na mesma elevação foram estudados 16 exemplares numismáticos, distribuídos pelas áreas da Rua D. Hugo (D. Hugo 5 e Museu Guerra Junqueiro), Rua de S. Sebastião e Aljube, Largo e Rua da Penaventosa, para além de um exemplar proveniente da vizinha colina da Cividade. De trabalhos arqueológicos realizados em estações exteriores a este núcleo, deve registar-se o recente aparecimento de outro numisma, aparentemente de Galieno, nas sondagens executadas nas Condominhas/Igreja de Lordelo do Ouro [78].

O conjunto mais numeroso foi exumado nas escavações da Casa do Infante, correspondendo a mais de 250 moedas. Próximo, durante as escavações prévias à construção do parque automóvel subterrâneo da Praça do Infante, apareceu outra moeda romana.

Curiosamente, neste conjunto de cerca de três centenas de moedas romanas, apenas 13 exemplares datam dos dois primeiros séculos do Império, reduzindo-se a 12 os claramente atribuíveis ao século III, de onde decorre pertencer a cunhagens tardias mais de 90% do material numismático aparecido no Porto (MENDES-PINTO 1999; 2004). Naturalmente, pela sua raridade, devem destacar-se as duas *siliquae* suevas em prata, emitidas ao que parece entre os anos de 455 e 456 (CABRAL; METCALF 1997; MENDES-PINTO 2004) e que evocam uma época da ocupação da cidade sobre a qual são particularmente exíguos ou permanecem por identificar os testemunhos arqueológicos, o período subsequente às invasões bárbaras da Hispânia romana e que assiste à fragmentação das estruturas políticas,

13 No limite oriental da cidade, na Quinta de Villar d'Allen, há notícia do achado de algumas moedas do século IV, em condições imprecisas mas que não sugerem, necessariamente, um tesouro (BRANDÃO 1967-69; 1984).

administrativas e militares do Império sob o domínio dos novos poderes.

Novos dados, ou novos problemas? *Cale* e *Caeno oppidum*

Perante este balanço, essencialmente de matriz arqueológica, dos vestígios da ocupação do espaço urbano do Porto durante a época romana, que imagem se nos oferece do aglomerado humano ali instalado desde pelo menos há meio milénio? Qual a cronologia e o ritmo da romanização do povoado indígena? Que transformações implicou na organização do espaço habitado, no quotidiano e nas expectativas dos autóctones? Podem a história e a arqueologia sediar ali a antiga *mansio* de *Cale*? E qual a relevância presente dessa atribuição, que leva já, (considerando apenas a fase de debates mais ou menos científicos), mais de um século de propostas e alvites?

A partir de fontes documentais tão minguadas, pouco pode concluir-se acerca da efectiva localização de *Calem*. A contagem das distâncias registadas no Itinerário de Antonino, admitindo como seguro o *ubi* da estação viária antecedente, *Langobrica* ou *Langobriga*, que a generalidade dos Autores concordam em situar no Castro de Fiães (Santa Maria da Feira), pouco acrescenta, uma vez que as XIII milhas contadas dali até à penúltima *mansio* antes de Braga tanto admitem a sua implantação junto à margem esquerda do rio como na outra margem, não incluindo naturalmente a distância do atravessamento (ROLDAN 1975:67; MANTAS 1996:209; 640-5).

Em relação ao Itinerário, a *Cosmographia* apresenta a diferença de incluir uma outra estação viária, sem menção de distância ou localização, que V. MANTAS lê como *Caeno oppidum* e diz que necessariamente terá de estar situada no troço entre *Langobrica* e *Calem* (1996:646ss.). A aceitar-se como verídico este informe do Anónimo de Ravena, ficamos assim não com uma, mas sim com duas estações viárias para localizar: *Calem* e *Caeno oppidum*.

A circunstância do Itinerário grafar o nome *Calem* em acusativo, mesmo sem a preposição *ad*, eventualmente implícita, parece sugerir que a via passaria não propriamente por esta *mansio*, mas próximo dela, como a seu tem-

po notou T. S. SOARES (1962:150) e mais modernamente V. MANTAS (1996:201-3), na senda de ROLDAN (1966) e outros investigadores. Não obstante, quer consideremos como hipotéticos assentamentos de *Calem* o monte da Sé ou da Penaventosa, a Norte do rio; ou o morro do Castelo de Gaia, a Sul, ambas elevações com uma certa expressão, parece plausível que os cómodos para apoio aos viajantes, a *mansio* propriamente dita, quedasse algures no sopé, de onde, querendo, se podia ascender à acrópole em dez ou vinte minutos, o que em qualquer dos casos poderia justificar a flexão de proximidade (*ad*) *Calem*.

Em que tipo de assentamentos deveremos procurar a localização possível de *Calem* e *Caeno oppidum*? Por princípio, e como ainda hoje acontece, um ponto importante num dado itinerário, elemento nodal ou de entroncamento com outras vias, não tem necessariamente de corresponder a um grande centro urbano. Todavia, dada a importância desta via de ligação à capital conventual, V. MANTAS sugere uma forte aproximação da localização das *mansiones* à estrutura urbana existente (ainda que incipiente neste extremo Nordeste da Lusitânia), expressando mesmo que as estações viárias deverão procurar-se nas cidades capitais da reorganização administrativa levada a cabo por Augusto ou em “aglomerações secundárias suficientemente importantes para tal ou situadas em lugares estratégicos” (1999:287).

Nesta linha, não havendo na região fundações urbanas romanas nem indícios seguros de *uici* ou outros aglomerados secundários, como os definiu recentemente PÉREZ LOZADA (2002), restam-nos os *castella* indígenas. E entre estes, com a expressão requerida para esta função, só existem na margem Sul do Douro dois povoados, seja para assento de *Calem* ou de *Caeno oppidum*, os castros do Monte Murado/Senhora da Saúde e do Castelo de Gaia, devendo eliminar-se a possibilidade do pretenso Castro de Mafamude, como sugere V. MANTAS (1996), estação arqueológica desconhecida (SILVA, A. M. 1994; 2007).

Naqueles dois povoados gaienses, ocupados entre o Bronze Final e o Baixo-Império, os trabalhos arqueológicos têm vindo a revelar, com efeito, indícios claros do seu carácter excepcional. No Monte Murado, com perto de

10 ha, circuitado por três linhas de muralhas e um fosso, encontraram-se duas *tesserae hospitales*, dos anos 7 e 9, que consagram pactos de hospitalidade envolvendo famílias indígenas de *Turduli Veteres*, comunidade de que o castro devia ser lugar central; tendo também sido identificadas no castro bases de coluna e outros elementos notáveis, para além de indícios de um balneário e de várias necrópoles (SILVA, A.

M. 1994; SILVA, A. C. 2007). No Castelo de Gaia, de menores dimensões (c. 2 ha), foi localizada uma imponente muralha do século I, para além de diversas construções e espólio rico e diversificado, com especial destaque para materiais tardo-antigos (CARVALHO; FORTUNA 2000); em trabalhos recentes veio também à luz do dia o que parecem ser os restos notáveis de um templo paleocristão, com sarcófagos, restos arquitectónicos, epígrafes e outros achados excepcionais (NASCIMENTO *et al.* 2008).

Vasco Mantas propõe que no Castelo de Gaia se localizasse *Caeno oppidum*, considerando que *Calem* deveria estar situada no Porto, no castro do morro da Sé ou da Penaventosa (MANTAS 1996:645-51), posição que actualmente recolhe o favor de diversos Autores, como Armando Coelho F. SILVA (2007:387) e Jorge de ALARCÃO (2005:304). Alain Tranoy defende, na linha de T. Sousa Soares e A. Sousa Machado, que *Portum Cale*, como diz, seria um sítio duplo sobre ambas as margens do rio; do lado de Gaia haveria um castro, enquanto no morro portuense da Penaventosa se teria estabelecido uma pequena “*bourgade*”, uma aldeia (TRANOY 1981:213). Em trabalho posterior matiza um pouco esta

interpretação, explicitando que “*le site a pu être à Gaia, mas avec un contrôle sur les deux rives du fleuve*” (TRANOY 1995:132).

Pela nossa parte, não vemos razões para reforçar ou contraditar estas conjecturas ou intuições. Na verdade, não podendo usar-se o critério da distância entre *mansiones*; não havendo, aparentemente, norma no Itinerário que recomende a implantação das estações viárias antes ou depois dos rios; nem tendo sido descoberto qualquer sítio arqueológico que pela sua especificidade possa adequar-se à função viária, que critério usar? Deverá op-

tar-se pela margem onde sejam mais expressivos ou notáveis os vestígios arqueológicos? Regressemos por isso ao Porto, seja ou não a urbe hodierna herdeira da velha *Cale*. Qual a natureza do povoado que aqui existiu durante o período da dominação romana? Qual o seu estatuto jurídico e importância regional?

“Apenas” um castro romanizado, ou uma “cidade”?

Uma antiga proposta de A. de Magalhães Basto, recordada com pertinência por M. BLOT (2003:190), sugere, mais por intuição que à luz dos dados disponíveis à data, quatro núcleos embrionários da cidade (Fig. 1), só aglutinados ao longo da Idade Média: (a) a “cidade pré-romana”; (b) um polo, provavelmente romano, “na foz do Rio da Vila, na Ribeira”; (c) “o alto da Pena Ventosa, onde talvez tivesse havido um refúgio castrejo de velha data”; e (d) “a margem direita do Rio da Vila, e a zona ribeirinha entre este último rio e o Rio Frio, ou Ribeiro de Miragaia” (BASTO 1940:703).

Nesta proposta de topografia histórica da cidade, Magalhães Basto, na esteira de Mendes Correia mas incorporando já contributos de outros estudiosos, apresenta com clarividente clareza diversas áreas que a moderna investigação tem também vindo a destacar, se bem que entendamos que já em época romana poderá ter existido um tecido habitado mais contínuo e homogéneo do que aqueles núcleos podem indiciar. Sigamos assim, para maior facilidade de visualização, aquela enumeração.

A “descoberta” da Cidade por parte de Mendes Correia, feita inicialmente por via documental e depois na topografia urbana, não viu ainda totalmente confirmada, em termos arqueológicos, a carga tão sugestiva do topónimo. As escavações feitas em 1932 pelo próprio, em níveis evidentemente muito remexidos, como se depreende dos cadernos de campo (GONÇALVES 1984) foram, como o autor reconheceu, relativamente inconclusivas (CORREIA 1932a; 1950), mas posterior revisão dos escassos materiais arqueológicos ensaiada por Mário Barroca identificou entre cerca de uma centena de fragmentos cerâmicos, 10,3% como romanos e 5,2% como proto-históricos, além de um *acus crinalis* em bronze, dos séculos I ou II (BARROCA 1984). Idêntica análise feita aos materiais arqueológicos recolhidos

em 1950 e 1953 durante a abertura da avenida que destruiu a colina da Cividade (FERREIRA 1959), não revelou quaisquer cerâmicas castrejas, mas ainda assim um valor de 5,9% de materiais romanos, de aspecto tardio, como aliás os anteriores (BARROCA 1984).

Em 1990-1991, uma equipa de arqueólogos da Universidade do Porto e da Câmara Municipal empreenderam novos trabalhos em terrenos que restavam da Cividade [05], igualmente também muito perturbados por construções e utilização agrícola. Se bem que não tenham sido localizadas estruturas indubitavelmente romanas ou anteriores, o espólio recolhido regista também, para além de uma moeda romana, percentagem não despreciable de espólio romano, e mesmo até algum castrejo (SILVA, A. C. 1994; OSÓRIO *et al.* 2008). Desta forma, a presença, ainda que residual, de materiais romanos e mesmo da Idade do Ferro nos diferentes trabalhos feitos na zona da antiga Cividade, deixa admitir a sua ocupação durante a época romana, se não mesmo em períodos anteriores.

Em relação ao núcleo da Ribeira, ou da foz do Rio da Vila, cumpre recordar algumas observações feitas em trabalhos de recuperação arquitectónica na área da Ribeira-Barredo, que proporcionaram o achado de fragmentos de *tegula* e outras cerâmicas romanas esparsas (MENDONÇA 1984), o que seria confirmado por uma escavação arqueológica feita na Praça da Ribeira [18], onde também se recolheram materiais romanos (SILVA, A. C. 1984a).

Numa escavação arqueológica realizada em 1998 em duas casas da Rua da Fonte Taurina [43,44], terá aparecido um muro interpretado na altura como possível troço de um cais romano, mas infelizmente a intervenção ficou indocumentada tecnicamente e encontram-se desaparecidos quer os registos, quer o espólio. Noutros trabalhos feitos recentemente naquela zona, por ocasião de obras de renovação de infra-estruturas ou outras, julgámos terem ocorrido mais alguns materiais romanos esparsos (*tegula* e cerâmica comum), o que não pudemos confirmar, tendo-se também registando a ocorrência de alguns materiais romanos na margem esquerda do rio da Vila, no Largo da Lada, observados na ocasião por arqueólogos municipais.

É possível, porém, que este núcleo, que poderia ter servido como ponto de travessia do rio Douro, propondo até A. C. Ferreira da SILVA (1994:89) que por aqui se situasse a estação viária do *Itinerário*, se estendesse para Oeste, dada a pouca distância a que ficam as importantes ruínas romanas da Casa do Infante.

Na verdade, a residência romana da Casa do Infante constituía por certo parte de um quarteirão do bairro portuário da cidade romana, mas não há por enquanto indícios de outras construções e a própria estrutura urbana não evidencia traços de ortogonalidade que possamos entender como de ascendência romana. Importa recordar, a este propósito, que o urbanismo da frente ribeirinha, considerando o troço entre a Ponte Luís I e o antigo quarteirão dos Banhos, no actual parque de estacionamento automóvel da Alfândega, sofreu grandes alterações desde a Baixa Idade Média, devido à construção da Muralha Fernandina e à edificação do mosteiro de S. Francisco, da Casa da Moeda e da Alfândega, pela abertura da Praça da Ribeira, seguidos de importantes eixos viários rasgados já nos começos da Época Moderna, como a Rua de S. João ou a Rua do Infante D. Henrique, e culminando, já em Oitocentos, pela abertura da Praça do Infante D. Henrique e arruamentos envolventes.

Não obstante, é possível, como mera hipótese de trabalho, que esta zona ribeirinha da cidade romana tenha ganho particular desenvolvimento a partir do século III e que porventura uma nova centralidade aproximasse do Douro a arquitectura mais notável, do que os mosaicos da Casa do Infante constituem por ora testemunho singular. LÓPEZ QUIROGA (2004:94) vai mesmo mais longe, sugerindo que este núcleo ribeirinho, a par do morro da Sé, tenha tido ocupação romana contínua desde os tempos alti-imperais, sediando-se no velho castro o *castellum* romano e estabelecendo-se um *uicus* junto ao rio.

No morro da Penaventosa houve seguramente um “refúgio castrejo de velha data”, como propunha Magalhães BASTO (1940) e, mais do que isso, um castro com evidentes vestígios de romanização, dada a frequência com que se têm vindo a encontrar quer muros dispersos, quer sobretudo objectos de época ro-

mana. Na acrópole, o achado de dois fustes de coluna em calcáreo [07], e de duas inscrições, nomeadamente a ara dedicada aos Lares Marinhos, pode fazer-nos suspeitar de uma área monumental, pelo menos com um templo, no topo da colina. Não são ainda vestígios muito claros, mas deve recordar-se que ainda antes da moderna abertura do Terreiro da Sé, a edificação da catedral românica e do paço episcopal tinham já ocupado, e porventura destruído parcialmente, a área mais substancial do alto da Penaventosa. As sondagens arqueológicas feitas recentemente no pátio pequeno da Sé [76] revelaram restos de algumas construções romanas e castrejas, mas infelizmente não só a área escavada era relativamente escassa como os trabalhos foram interrompidos.

Naturalmente, impõe-se aqui uma nota sobre os troços de muralha que têm vindo a ser detectados, quer na encosta Norte, quer a Nordeste e na vertente Oeste do morro da Sé (Figs. 2, 5 e 6). A Norte, em diversas intervenções feitas na Rua da Penaventosa encontrou-se um alinhamento datado na ocasião da 1ª metade do século I, se bem que o tramo recentemente localizado no Quarteirão da Bainharia esteja por ora datado dos séculos II-I a.C., questão que terá de ser analisada mais em detalhe. O pequeno tramo de face interna detectado na Rua D. Hugo, 5, aparentemente em continuidade com os anteriores, remontará aos séculos III ou IV (REAL *et al.* 1985-86), enquanto que o possível torreão identificado a Oeste do povoado não tem por enquanto cronologia definida¹⁴. Resta notar que esta aparente variação cronológica, que carece de estudos mais profundos, pode expressar, a confirmar-se, quer diferentes fases construtivas do mesmo alinhamento defensivo, quer, eventualmente, diferentes linhas de muralha, pois não será crível que, se estes troços de muralha tiverem ascendência castreja, o castro da Penaventosa possuísse originalmente apenas uma linha fortificada.

No último dos núcleos propostos por Magalhães Basto (que por ora “afastamos” mais para a área de Miragaia e do Rio Frio, uma vez que

¹⁴ Considerando a existência de uma sepultura romana de inumação, tardia, aparentemente no interior do perímetro defendido por este tramo de muralha, só podemos admitir também como do Baixo Império a própria muralha, de outra forma não se compreenderia uma sepultura intra-muros (LOPEZ QUIROGA; RODRIGUEZ LOVELLE 1998:1323).

associámos os vestígios da margem direita do Rio da Vila aos da Ribeira), reside ainda pouca informação sobre a ocupação romana. Todavia, em escavações próximo da igreja matriz daquela freguesia [31, 32] ocorreram fragmentos de *tegula* e de cerâmica comum romana, dados a que há que associar a notícia do tesouro numismático que acima registámos [04] e mesmo a eventual epígrafe de que noutro ponto damos nota. Esta zona, actualmente a cota praticamente idêntica à do Douro, era até ao século XIX um extenso areal, propício ao atravessamento do rio na Antiguidade, como foi sugerido por diversos autores, designadamente Serpa Pinto, que ali imaginava poder ter existido a *mansio* “onde os viajantes do Sul retomavam a via a *Bracara Augusta*”, segundo apontamentos inéditos daquele estudioso (GONÇALVES 1984:19).

Considerados estes elementos, como entender o espaço urbano de *Cale*? Um castro romanizado com uma crescente mancha de ocupação, talvez mais tardia, no sopé (extra-muros, uma vez que não há qualquer indício de muralhas à cota baixa); ou desde muito cedo um espaço mais contínuo e homogéneo?

Naturalmente, ao imaginarmos o Porto romano temos de ter em mente não uma cidade criada *ab origine*, como *Bracara Augusta* ou *Aquae Flaviae*, para citar apenas exemplos do Norte do País, planificada de acordo com os princípios da urbanística romana, com os seus arruamentos ortogonais, de módulo regular, cruzando o *cardo* eo *decumanus* máximos, o seu *forum* e templos, estabelecimentos termiais e outros equipamentos próprios de uma cidade romana, mas, antes, em nosso entender, um castro romanizado cuja importância social, económica e política antes da dominação romana não é ainda clara.

Certos castros, como a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), o Monte Mòzinho (Pena-fiel) ou Briteiros (Guimarães) foram objecto de profundas reestruturações urbanísticas na época de Augusto, que por vezes arrasaram quarteirões indígenas inteiros para redesenharem os povoados aos novos gostos dominantes (SILVA, A. C. 1986; 2007). Noutros povoados, como a Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim) ou o castro de Romariz (Santa Maria da Feira), a romanização dos modos de vida, se bem que profunda e evidente em todos os

aspectos da cultura material, não se traduziu de forma tão notória no plano urbanístico (*Idem, Idem*). É bem possível que no Porto, até por condicionantes topográficas evidentes, a renovação arquitectónica de época romana tenha substituído por construções de planta ortogonal muitas habitações castrejas de plano circular, mas não haveria talvez grandes condições, no topo do morro onde depois se ergueria a Sé, como nas encostas do Barredo e da Penaventosa, para rasgar vias amplas e rectilíneas para o trânsito de carros ou abrir uma praça que servisse de *forum* e congregasse as funções políticas, civis, religiosas e comerciais da cidade.

Foi já sugerido que o eixo, de orientação sensivelmente Sul/Norte, traçado pela Rua dos Mercadores e Rua da Bainharia, até à Cruz do Souto, poderia evocar um antigo *cardo maximus*, mas nenhum achado o confirma salvo a presença de vestígios romanos e da Idade do Ferro nas imediações da Bainharia, o que é normal, dado a rua cortar uma encosta do antigo povoado castrejo. Por outro lado, a articular-se esta via com um ponto de atravessamento do rio, não há indícios claros, quer do lado portuense quer na margem de Gaia¹⁵, de traçados viários romanos.

Se os elementos arquitectónicos são por enquanto poucos para analisar a organização do povoado indígena e a sua vitalidade à época em que foi integrado no mundo romano, algo mais pode adiantar-se a partir do espólio das escavações arqueológicas. O castro da Penaventosa tem revelado, sobretudo a partir das escavações na Rua D. Hugo 5, a presença de alguns materiais que, mesmo em pequena quantidade, atestam a circulação de produtos exógenos pelo menos desde o século IV a.C., como fragmentos de cerâmica púnica, imitações de cerâmicas gregas de verniz grego, ou o fragmento de um anforisco em pasta

vítrea, continuando a documentar-se diversas importações, agora itálicas, nos começos do Império (REAL *et al.* 1985-86; SILVA, A. C. 1994; 2000).

Outra das linhas de estudo decorre das ânforas. M. Sá e B. Paiva haviam já sugerido, a partir de material anfórico do Castelo de Gaia e do Monte Murado, uma significativa vitalidade comercial na desembocadura do Douro a partir dos séculos II e I a.C., revelada pela expressiva presença dos tipos Dressel 1A e Haltern 70 (SÁ; PAIVA 1995). Mais recentemente, R. Morais e Carreras Monfort analisaram a ocorrência de Haltern 70 procedente das intervenções arqueológicas feitas na cidade do Porto, tendo concluído que se regista aqui a maior frequência deste tipo anfórico até à data documentada em locais de consumo do império romano (MORAIS; CARRERAS 2004:111; MORAIS, no prelo). Deve ainda notar-se, se bem que sejam poucos os espólios estudados, que a presença de materiais importados se verifica ao longo de todo o período imperial, parecendo notar-se mesmo, quer em escavações do Porto, quer de Gaia, uma particular pujança nos séculos IV-V.

E isto leva-nos a uma das principais características desta zona na Antiguidade, a quase inevitável vocação flúvio-marítima das comunidades que a habitavam, quer nos reiframos às da margem Norte, quer às do Sul. Com uma notável bacia hidrográfica, o *Durius* era navegável para embarcações de grande calado numa extensão de 800 estádios, segundo Estrabão (*Geografia*, III, 3,4), o que corresponde a cerca de 150 km, ou seja, na actualidade, até Barca d'Alva, no limite da fronteira portuguesa (BLOT 2003:82). No seu troço final, se bem que apresente margens ordinariamente escarpadas, possuía também algumas praias e pequenas enseadas, numa e noutra margem, propícias quer ao atravessamento, quer à acostagem de embarcações.

Assim, a relação da cidade romana com o rio é um elemento fundamental para percebermos a natureza e importância desse *portus* de *Cale* e o papel fundador que assumiu nas raízes da nossa nacionalidade. Todavia, a este propósito os dados são ainda extremamente escassos, devendo relevar-se, pela sua singularidade, o achado do cepo de âncora em chumbo de uma

15 O mapa viário romano de Vila Nova de Gaia conta com alguns testemunhos relativamente sólidos até ao alto de Santo Ovídio, mas a descida até ao Douro tem sido objecto de várias propostas, provavelmente correspondentes a diferentes caminhos que desembocavam no rio desde Quebrantões, a montante, até à zona da Afurada (?), com ligação a Norte ao eixo antigo de Lordelo do Ouro. Parece mais ou menos consensual, porém, que uma das vias podia tomar o eixo da antiga Rua Direita, desembocando mais ou menos em frente à Praça da Ribeira.

embarcação, provavelmente romana, feito há poucos anos na foz do Douro [30]. A peça, do tipo aparentemente mais comum desde os séculos IV-III a.C. até pelo menos aos finais do Império (ALVES *et al.* 1988-89), pelo seu peso (56,5 kg) e dimensões relativamente modestos, deverá ter equipado uma embarcação de pequeno calado (inferior a 25 toneladas), adequada à navegação de cabotagem ou fluvial (BLOT 2000).

Na realidade, *Cale* tem sido considerada entre as principais cidades marítimas da fachada atlântica (MANTAS 1990; BLOT 2003; MORAIS, no prelo), característica essencial, a par de outros centros urbanos litorais, para o seu desenvolvimento em época romana, quer na romanização inicial (MATOS 1996), quer também na Antiguidade Tardia (LOPEZ QUIROGA; RODRIGUEZ LOVELLE 1998:1329). Aliás, decorre uma notável simetria, a este propósito, com a evidência arqueológica de Vila Nova de Gaia (BLOT 2003). Entre outros achados, a própria epigrafia portuense, apesar de rara, parece traduzir essa íntima sedução das águas, se atentarmos na ara aos Lares Marinhos aparecida na Sé, na dedicada às *Aquis Magaudiis* (?) da Foz do Douro ou mesmo na inscrição, desaparecida, onde se poderia ler *DVRI*.

Entre outras limitações decorrentes do próprio processo arqueológico e da conservação dos vestígios antigos, há que ter em atenção, como advertem MANTAS (1990:154-5) e M. BLOT (2003), a evolução do nível das águas do mar e seus naturais reflexos nos leitos fluviais, o que empiricamente observámos em diversas intervenções arqueológicas feitas nas *ribeiras* do Porto e Gaia, onde a localização de depósitos arqueológicos com ocupação romana ocorre, com muita frequência, já em níveis freáticos e por isso de difícil acesso, por vezes a profundidades que não ultrapassam os 100-150 cm.

Cale não teria provavelmente uma população muito numerosa, correspondendo provavelmente às dimensões do seu núcleo primitivo e da cintura muralhada do Alto Império, que não deveria andar longe do perímetro da primeira cerca medieval da cidade (séculos XIXII), que defendia uma área de 3,5 ha, muito inferior por exemplo às superfícies de *Aquae Flaviae* (10 ha), da *Conimbriga* flaviana (20 ha), ou de *Bracara Augusta* (30 ha) (LE ROUX 1999:242).

A sua extensão poderá ter aumentado significativamente com o desenvolvimento de alguns bairros periféricos, designadamente na zona da Ribeira, como os edifícios da Casa do Infante deixam antever. E se a topografia acidentada do morro da Sé não permitiu a *Cale* adoptar uma *forma urbis* mais adequada à imagem de outras cidades da província – talvez por isso Idácio considerasse Braga *extremam ciuitatem Gallaeciae*, enquanto junto ao Douro restaria apenas o *locum qui Portumcale appellatur*¹⁶ – a ocupação das áreas baixas pode ter pelo menos permitido o desenvolvimento de alguns *commoda urbis*, nomeadamente instalações termas, um pequeno *macellum*, talvez edifícios religiosos.

Alargando horizontes: a envolvente do castro; a outra margem

Não cabe neste ensaio uma análise alargada do *territorium* da *ciuitas*, a todos os títulos essencial (LOPEZ PAZ; GALSTERER s.d.), desde o *ager* imediato aos castros ou *uici* mais próximos, respectivos caminhos de ligação e muito em particular ao tema das necrópoles, que aqui quase omitimos pelo facto da cidade apenas contar com uma sepultura romana, tardia, encontrada nas escavações do Largo do Colégio, 9-12 e que se descreve na ficha respectiva do inventário [52], sendo interessante o achado, sobretudo, pela sua relação topográfica com a muralha romana próxima.

Não obstante, impõem-se algumas notas sobre outros elementos da ocupação romana na actual área urbana do Porto e, muito de passagem, na margem sul do Rio Douro.

Não oferece qualquer dúvida, como se viu, o alargamento da mancha de ocupação urbana do primitivo *castro* da Idade do Ferro no período da dominação romana. O povoado, que até então estaria limitado ao morro da Penaventosa, alarga-se agora à vizinha colina da Cividade e estende-se para Sul na direcção do rio.

Também a colina da Vitória, na outra margem do rio da Vila, parece ter sido ocupada, de for-

16 *Crónica*, § 174-5 (TRANOY 1974:154-6). Talvez esta expressão idaciana reflecta algum período de decadência do aglomerado em finais do século IV, considerando que um século mais tarde, com a promoção de Portucale a bispado (572582) e a cunhagem de moeda que ali se verifica, o núcleo teria todas as condições que definem a cidade tardo-antiga, segundo LÓPEZ QUIROGA (2004:95).

ma que não podemos ainda entrever, na época romana. No sopé desta elevação foram encontrados materiais romanos pelo menos em dois locais. Junto à igreja de Miragaia, no vale do rio Frio, que desce das Virtudes, localizaram-se fragmentos de *tegula* e de cerâmica doméstica na Rua de Miragaia, nº 75-76 [31]; mais recentemente, e no sopé Nascente, no vale do próprio rio da Vila, uma sondagem arqueológica feita na Rua da Ponte Nova, 50-54 [56] revelou igualmente um nível com material cerâmico de construção romano.

As intervenções arqueológicas dos últimos anos, todavia, têm proporcionado outras surpresas que permitem actualmente ter uma visão mais equilibrada do que seria a ocupação romana no espaço urbano do Porto, designadamente fora do seu centro histórico e ao longo da margem do Douro, no sentido da foz (Fig. 8).

Na freguesia de Massarelos, o acompanhamento de trabalhos de requalificação urbana permitiu que se detectassem materiais cerâmicos romanos (*tegula* e louça comum) no Campo do Rou [61, 62] e, mais tarde, em valas de obra junto à marginal do rio. Numa escavação feita na Rua Casal do Pedro, 3-5 [73] identificou-se também cerâmica de construção romana, se bem que aparentemente em níveis estratigráficos heterogêneos. Estes achados parecem assim sugerir um outro núcleo de ocupação romana na margem esquerda do rio de Moinhos, sem que por enquanto possa aferir-se o local preciso do *habitat* ou a expressão territorial ou cronológica dessa mancha de vestígios.

Mais a Poente, já em Lordelo, foi feita uma pequena sondagem arqueológica na Calçada do Ouro [65], tendo em conta as indicações de que por aí assentaria um antigo traçado viário de ascendência romana. Pese embora a exiguidade da superfície escavada, os resultados confirmaram o potencial arqueológico esperado, encontrando-se não só materiais cerâmicos romanos, como até fragmentos de louça da Idade do Ferro, sugerindo porventura uma ocupação dessa época no vizinho morro de Santa Catarina (ABRANCHES 2001).

Numa intervenção posterior, de acompanhamento de obra, realizada algumas centenas de metros mais a Noroeste, na Rua do Aleixo, de novo se encontraram materiais romanos

[68]; mas a surpresa maior, e a confirmação do grande interesse arqueológico desta área da cidade, viria poucos anos depois, quando se iniciaram sondagens em terrenos anexos à igreja matriz de Lordelo. Nesse local [78] descobriram-se diversos muros romanos e vestígios de pavimentos (NASCIMENTO; DELGADO; SOUSA 2004; *Centro Social* 2006). Numa intervenção mais recente neste mesmo local (SILVA, A. M. *et al.* 2007) apareceram novas estruturas. Se bem que os tramos de paredes postos a descoberto correspondam a diferentes edifícios, a natureza das construções é imprecisa, aguardando-se a prossecução dos trabalhos arqueológicos. Enquanto os vestígios detectados na Calçada do Ouro e Rua do Aleixo parecem ser atribuíveis à generalidade do período do domínio romano, as ruínas junto à Igreja de Lordelo circunscrevem-se ao Baixo Império (sécs. III-IV).

Na zona da foz do Douro os vestígios romanos detectados são por ora relativamente pontuais e descontextualizados, reduzindo-se à ara reutilizada como material de construção nos alicerces da ermida proto-românica do Castelo da Foz, a esparsos fragmentos de *tegula*, singulares e descontextualizados, encontrados em algumas intervenções, e aos fragmentos de ânfora, muito rolados, identificados numa sondagem arqueológica feita em terrenos do Monte do Crasto, em Nevogilde [26], elementos que, sendo merecedores de alguma atenção, precisam de ser enquadrados e confirmados por novas descobertas.

Mais no coração da cidade actual, em subúrbios de *Cale* mais afastados da frente ribeirinha, a alusão a materiais cerâmicos e vítreos romanos encontrados em escavações no exterior da igreja românica de Cedofeita [63] e imediações [82] não surpreende de todo, considerando as origens suevo-visigóticas atribuídas ao templo. Outras referências isoladas, como as do achado de cerâmicas no lugar de Passos, em Nevogilde [20], aguardam também maior estudo.

Ao contrário do que sucedia há algumas décadas, todavia, começa a vislumbrar-se, ainda que de forma por enquanto muito vaga, um tecido mais consistente de ocupação romana, de modalidades e cronologia a afinar pelo estudo do existente e por novas descobertas, fazendo a ligação entre o núcleo central da Penaven-

tosa e os achados dos municípios vizinhos do Porto, configurando uma ampla rede de contactos e relações que certamente articularia o ouro das minas de Valongo com a expressiva ocupação romana que a Maia parece acusar, através dos dados das suas necrópoles, até à foz do Leça, onde o importante castro de Guifões por certo terá marcado presença de relevo, dominando uma zona onde a exploração do sal e a preparação de preparados piscícolas se assumem, desde logo, como actividades essenciais durante o Império.

Transpondo o Douro, não podemos deixar de fora deste breve conspecto a ocupação romana da marginal gaiense, onde a partir de achados antigos e descobertas recentes se começa a vislumbrar um núcleo de povoamento antigo bastante pujante. Para além do conhecido cipo funerário encontrado nos inícios do séc. XX junto às Escadas da Boa Passagem (MATOS 1937; GUIMARÃES 1993; SILVA, A. M. 1994) – durante muito tempo o vestígio romano mais claro da ribeira gaiense – os trabalhos das décadas de 1980 e 1990 confirmaram a ocupação em época romana do povoado proto-histórico localizado no morro do Castelo de Gaia (SILVA, A. C. 1984b; SILVA, A. M. 1994) e identificaram os restos de um edifício tardo-romano sob a igreja do Bom Jesus de Gaia (GUIMARÃES 1989; 1993; 1995a; 1995b).

Posteriormente, escavações mais extensivas numa plataforma do Castelo localizaram, entre outras construções, um significativo troço de uma muralha do séc. I (CARVALHO; FORTUNA 2000), e mais recentemente, outras intervenções arqueológicas na mesma área detectaram outros edifícios relacionados com o povoado romano¹⁷. Todavia, também à cota baixa, na marginal do rio, em sondagens arqueológicas e acompanhamentos de obra têm sido feitos achados de material cerâmico doméstico e de construção romano, como sucedeu por exemplo nas escavações no adro da igreja paroquial de Santa Marinha¹⁸, do Largo António Calem, Rua

Direita e outras artérias ribeirinhas¹⁹, sugerindo porventura a existência de uma área portuária e comercial similar à que terá existido na margem Norte²⁰.

Na realidade, independentemente das dúvidas que suscita o seu traçado original, como observámos, por certo que de Sul e de Norte confluíam para este tramo do Douro diversas vias antigas, havendo talvez mais que um ponto de atravessamento do rio. Mais por tradição documental que por evidência arqueológica, têm sido apontados diversos eixos viários possíveis. Do lado Sul, um traçado equivalente ao das actuais Ruas Cândido dos Reis, Marquês Sá da Bandeira e da Rasa (MANTAS 1996); um outro, a Nascente, que aparentemente desembocaria em Quebrantões (ALMEIDA 1984; 1985) e um terceiro, mais atlântico, no alinhamento da “estrada mourisca” documentada em diversas freguesias do litoral gaiense. A Norte, para além do já mencionado eixo urbano Ribeira-Mercadores-Bainharia, registam-se alusões à “carreira”, talvez a *Via Veteris* de alguns documentos, aparentemente situada a partir do Largo do Senhor da Boa Morte, prosseguindo pelas Condominhas e Rua de Serralves.

Poder-se-á admitir como reflexo destes múltiplos atravessamentos e das vias que se afrontavam de um e outro lado do Douro o espelho de topónimos que ambas as margens exibem: Quebrantões Sul e Quebrantões Norte, Gaia e Miragaia, Guindais, Arrábida? Pelo menos, talvez possamos apreender nesta simetria toponímica o papel de um curso fluvial que talvez tenha representado a partir da época romana mais um elemento de ligação que um sinal de ruptura. De inegável fronteira étnica nos tempos pré-romanos, tradição conservada pelos invasores ao traçar pelo *Durius* o limite administrativo entre a Galécia e a Lusitânia, talvez que a dimensão mais apreciada do curso fluvial tenha sido desde então não a divisória, mas a que ligava o mar oceano ao interior do território, de onde se escoavam ouro, cereais, azeite e vinho para outras paragens do Império.

19 Trabalhos dirigidos por António Sérgio Pereira, a quem igualmente agradecemos estas informações.

20 Para a síntese dos trabalhos arqueológicos realizados em Vila Nova de Gaia até 2007 e listagem bibliográfica exhaustiva veja-se SILVA, A. M. 2007.

17 Designadamente os trabalhos em curso na Quinta de Santo António, uma plataforma situada a Poente do Castelo de Gaia, sob a direcção de Laura Sousa, Nuno Garcia e André Nascimento a quem agradecemos a informação sobre estes dados inéditos.

18 Trabalhos dirigidos por Maria da Graça Peixoto, a quem agradecemos a informação.

Cale e os Callaeci

Uma questão final não pode deixar de ser reflectida. Qual a relação de *Cale* (estivesse situada na área do Porto ou de Vila Nova de Gaia) com os *Callaeci*?

Este *populus*, enumerado por Plínio como uma das 24 *ciuitates* do convento bracaraugustano é localizado pela maior parte dos Autores na margem Norte da foz do Douro (TRANOY 1981:65-6; ALARCÃO 1995-96; 1999; SILVA, A. C. 1996; 2000), podendo ser o rio Ave o seu limite setentrional (ALARCÃO 2000: 46). RODRIGUEZ COLMENERO constitui excepção a esta interpretação, situando o território dos *Callaeci* além Tâmega, sem indicar o povoado *caput ciuitatis*, e considerando que eram os *bracari* que ocupavam as imediações de *Cale*, sobre cuja localização não se pronuncia (1997:17-29). Entendendo-se *Cale* como povoado epónimo dos *Callaeci* e tendo *Cale* que ficar próximo da foz do Douro, à luz do Itinerário de Antonino, a opinião de Rodriguez Colmenero, não obstante os argumentos que usa, abre um problema de difícil resposta.

Os *Callaeci* seriam naturalmente uma das *ciuitates peregrinae* do Noroeste. Não havendo fundações urbanas significativas nesta área, a política de Augusto foi a de eleger *oppida* indígenas, provavelmente entre os lugares centrais dos respectivos *populi* (LE ROUX 2006: 121) para aí sediar a administração, a colecta fiscal, uma vez que se tratava de *ciuitates stipendiariae* e, sendo necessário, as funções de segurança militar. Este seria o caso de *Cale*. Não certamente como uma *urbs*, termo só aplicado aos grandes centros e, por autonomasia, a Roma, mas na segunda categoria que a terminologia romana reservava às cidades, um *oppidum* (LE ROUX 1999:236; 2006; GRIMAL 2003), que provavelmente manteria uma parte das suas prerrogativas e poderia mesmo não possuir um quadro administrativo formal, sendo a *ciuitas* – cidade e território, pois a partir da extensão do *ius latii*, os termos confundem-se, como nota LE ROUX (1999:236) – governada por um *princeps* de extracção indígena, como Jorge ALARCÃO tem sugerido (1990: 372).

A. C. Ferreira da Silva tem vindo a propor (1996, 1999, 2000), uma estrutura do território da *ciuitas Callaeci* com diversos lugares

centrais adstritos a diferentes valências económicas e funções militares, administrativas e de subsistência. Segundo este modelo, *Cale* seria, na sua expressão, *o port of trade* dos Calaicos, enquanto o castro de Vandoma (Baltar, Paredes), em conhecida região aurífera, asseguraria os recursos mineiros e a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) assumiria a capitalidade política e as actividades de subsistência, nomeadamente através da agricultura e pecuária (SILVA, A. C. 1999:45), chegando a alvitrar a transferência das funções de capitalidade de *Cale* para Vandoma na sequência da reorganização militar e administrativa posterior às campanhas de D. I. Brutus em 138-137 a.C. (SILVA, A. C. 1996:52). Tratando-se de uma ideia sugestiva, julgamos que não encontra por ora sustentação bastante em dados arqueológicos, pelo menos no que se refere às informações disponíveis sobre *Cale* e sobre o castro de Vandoma, onde nunca se fizeram, ao que se sabe, escavações arqueológicas.

Cale e os *Callaeci* continuarão por certo a desafiar-nos. Articulando as fontes históricas com as arqueológicas – aquelas sempre passíveis de novas leituras e cruzamentos, estas sempre na expectativa de que a todo o momento saia da terra um objecto revelador – o tema permanece de grande actualidade, não só no plano científico como também no social e político. Afinal, trata-se de indagar como uma aparentemente modesta *mansio* de apoio a viajantes deu nome a um País; ou de saber como um de entre dezenas de *populi* do Noroeste peninsular de há dois mil anos deixou o seu nome de herança a uma comunidade que tem hoje 2,8 milhões de cidadãos.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABRANCHES, Paula B. (2001) – *Intervenção arqueológica no Largo da Calçada do Ouro. Porto. Relatório final*. Perosinho: Archeo'estudos. Texto dactilog.
- ABRANCHES, Paula B. (2002) – *Acompanhamento arqueológico da construção do parque de estacionamento subterrâneo da Praça do Infante D. Henrique, Porto. Relatório final*. Perosinho: Archeo'estudos. Texto dactilog.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América

- ALARCÃO, Jorge de (1990) – “A conquista do território”. In VV.AA. – *Portugal das Origens à Romanização* (Serrão, J.; Marques, A. H. Oliveira; Alarcão, J., dir. – *Nova História de Portugal*, Vol. I). Lisboa: Presença, 345-51
- ALARCÃO, Jorge de (1995-96) – “As Civitates do Norte de Portugal”. *Cadernos de Arqueologia* [Actas Colóquio “A rede viária na Callaecia”]. 12-13. Braga, 25-30
- ALARCÃO, Jorge de (1999) – “*Populi, Castella e Gentilitates*”. *Revista de Guimarães. Vol. especial [Actas do Congresso de Proto-história europeia, I]*. Guimarães, 133-50
- ALARCÃO, Jorge de (2000) – “Sobre canções protohistóricas do Noroeste de Portugal”. *Santo Tirso Arqueológico. 2ª Série. 2-3*. Santo Tirso, 46-50
- ALARCÃO, Jorge de (2005) – “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III”. *Revista Portuguesa de Arqueologia. 8 (2)*. Lisboa, 293-311
- ALBUQUERQUE, J. de Pina Manique e (1962) – *Cale Civitas in Gallia*. Porto: Assoc. Port. Progresso das Ciências
- ALBUQUERQUE, J. de Pina Manique e (1978) – *Sobre o étimo de Portucale e as origens da cidade do Porto*. (Sep. “Actas III Jornadas Arqueológicas”, 1). Lisboa: Assoc. Arq. Portugueses, 345-55
- “Alicerces da muralha romana descobertos na Penaventosa” (2003). *PORT. 4* (Jun. 2003), 4-5
- ALMEIDA, Carlos A. B.; ALMEIDA, Pedro B. (2002) – “Vestígios romanos encontrados na Rua Mouzinho da Silveira – Porto”. *Portugalia. Nova Série. 23*. Porto, 155-84
- ALMEIDA, Carlos A. B.; MARQUES, Marta M. (2008a) – *Relatório preliminar. Rua Mouzinho da Silveira, nº 222 – Porto – 2007*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Carlos A. B.; MARQUES, Marta M. (2008b) – *Relatório preliminar da 2ª fase. Rua Mouzinho da Silveira, nº 222-226 – Porto – 2007*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Luís G. (1984) – “O significado do termo «calle» no Prazo de Quebrantões”. *Gaya. 2. V*.
- N. Gaia, 83-100
- ALMEIDA, Luis G. (1985) – *Notas monográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. V. N. Gaia: Junta Freg. Oliveira do Douro
- ALMEIDA, Miguel ; NEVES, Maria J. (2000a) – *Avaliação de impacte arqueológico -Gaveto da Rua Infante D. Henrique/Rua Mouzinho da Silveira (S. Nicolau, Porto, Porto). Relatório Preliminar*. Coimbra: Dryas, s.d. [2000]. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria J. (2000b) – *Relatório preliminar de avaliação. Intervenção arqueológica de emergência na Rua da Ponte Nova, 50-54 (Porto)*. Coimbra: Dryas, s.d. [2000]. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Miguel; NEVES, Maria J. (2002) – *Intervenção arqueológica de emergência. Rua da Ponte Nova, nº 50 e 54 (S. Nicolau, Porto, Porto). Relatório final*. Coimbra: Dryas. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Pedro B. (2002a) – *Relatório das sondagens arqueológicas. Empreendimento “D’Ouro Villa” -Lordelo do Ouro -Porto -2002*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Pedro B. (2002b) – *Relatório final das sondagens arqueológicas. Rua Mouzinho da Silveira, 56 – Porto -2002*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Pedro B. (2003a) – *Relatório final da intervenção arqueológica. Rua das Flores nº 69. Porto, 2002*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Pedro B. (2003b) – *Relatório do acompanhamento arqueológico. Empreendimento “D’Ouro Villa” -Porto*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto dactilog.
- ALMEIDA, Pedro B. (2003c) – *Relatório preliminar das sondagens arqueológicas. Rua Casal de Pedro, nº 3 -Porto -2003*. Vila do Conde: Mola Olivarum. Texto dactilog.

ALVES, Francisco J. S.; REINER, Francisco; ALMEIDA, Mário R.; VERÍSSIMO, Luís (1988-89)

– “Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade”. *OAP*. Série 4. 67, p. 109-85

ARGÜELLO MENÉNDEZ, José (2002) – *Igreja de Cedofeita. Porto. Relatório preliminar das sondagens de avaliação arqueológica*. Porto: Jorge Menéndez. Texto dactilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, José (2003) – *Informação preliminar dos resultados do acompanhamento arqueológico das obras de renovação de infra-estruturas de águas pluviais no exterior da Igreja românica de Cedofeita -Porto. Junho de 2003*. Porto: Jorge Menéndez. Texto dactilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, José (2009) – *Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos nos edifícios do Hotel Carris (Porto)*. Palma: Vessants i Arqueologia. Texto dactilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, José; COSME, Susana

R. (2001) -*Rua do Outeiro, 25. Massarelos, Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*.

Porto: [s.n.]. Texto dactilog.

ARGÜELLO MENÉNDEZ, José; SILVA, António Manuel S. P. (no prelo) – *Acompanhamento arqueológico das obras de Requalificação Urbana da Baixa Portuense. Lote 1 – Clérigos/Cordoaria. Relatório Final*. Porto: CM. Texto dactilog.

ARQUIVO HISTÓRICO DA C. M. PORTO (1984)

“Bibliografia de arqueologia portuense”. *ARQ*. 10, 80-8.

AZEVEDO, Rogério de (1960) – “O Porto desde a proto-história à época do Infante D. Henrique”. *SG*. 7, p. 104-46

AZEVEDO, Rogério de (1965) – “O termo Cale”. *LUC*. 4, p. 101-6

AZEVEDO, Rogério de (1966) – “Intervenção relativa a *Portucale*”. *LUC*. 5, p. 120-3

AZEVEDO, Rogério de (1968) – “As implicações antecedentes da arquitectura medieval portugalense (Cale, Portucale e Porto)”. *BC-CMP*. 31 (3-4), 450520

BARBOSA, João P. (2006) – *Arqueologia no Porto. Sondagens de avaliação preliminar prévia. Rua da Fonte Taurina 99/101 -Rua de Cimo do Muro dos Bacalhoeiros 111-114. S. Nicolau -Porto. Relatório preliminar*. Matosinhos: Logiark. Texto dactilog.

BARBOSA, João P. (2008) – *Arqueologia no Porto. Sondagens de avaliação prévia e acompanhamento arqueológico. Rua da Fonte Taurina 99/101 -Rua de Cimo do Muro dos Bacalhoeiros 111-/114. S. Nicolau -Porto. Relatório final*. Matosinhos: Logiark. Texto dactilog.

BARBOSA, Sandra (2001) – *Armazém do Cais Novo. Massarelos, Porto. Relatório preliminar das sondagens arqueológicas de avaliação no exterior do imóvel*. Porto: CM. Texto dactilog.

BARROCA, Mário J. (1984) – “II -As escavações de Mendes Correia na Cividade (1932) e as origens da cidade do Porto”. *ARQ*. 10, p. 21-9

BARROCA, Mário J. (2001) – *As fortificações do litoral portuense*. Colecção Portucale. Lisboa: Inapa

BASTO, Artur de Magalhães (1940) – “O Porto Medieval (ensaio histórico-topográfico)”. In *Memórias de comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval. 2º Congresso do Mundo Português*. Vol. 2. Lisboa, 675-708

BASTO, Artur de Magalhães (1948) – “Portucale. Subsídios para a sua história”. *BCCMP*. 11 (3-4), 163-73

BASTO, Artur de Magalhães (1963) – *Sumário de antiguidades da mui nobre cidade do Pôrto*. 2ª ed. Porto: Liv. Progredior, [ed. orig. 1942]

BLOT, Jean-Yves (2000) – “Elementos para a tonelagem dos navios na costa ibero-atlântica na Antiguidade: o testemunho dos vestígios de âncoras (cepos em chumbo)”. In MARTINS, Manuela *et al.* (coord.) – “*Terrenos*” da *arqueologia na Península Ibérica* [3º Cong. Arqueologia Peninsular. Actas, 8]. Porto: ADECAP, 571-94

- BLOT, Maria L. (2003) – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. [Trabalhos de Arqueologia, 28]. Lisboa: Minist. Cultura/IPA
- BOTELHO, Iva (2006) – *Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto. Linha S. Troço T01.09 (Estação de S. Bento). MP-SBT07-05. Acompanhamento e Escavação Arqueológica na Rua do Loureiro de Minimização dos Desvios de Redes (Santo Ildefonso, Porto). Relatório Preliminar*. Porto: Metro do Porto/Arqueohoje. Texto dactilog.
- BOTELHO, Iva; SÁ, Anabela P. (s.d.) – *Relatório preliminar dos trabalhos de avaliação do potencial arqueológico do edifício n.º 14, 16 da Rua Cais da Ribeira*. S.l.: Autores, s.d. [c. 2000]
- BRANDÃO, Domingos P. (1963) – “Notas de arqueologia portuense. Novos achados arqueológicos do Morro da Sé do Porto”. *LUC*. 3, p. 236-45
- BRANDÃO, Domingos P. (1965) – “Bibliografia sobre Portucale”. *LUC*. 4, p. 110-24
- BRANDÃO, Domingos P. (1967-1969) – “Algumas moedas romanas encontradas nos arredores do Porto”. *Museu*. 2ª Série. 11. Porto, 5-8
- BRANDÃO, Domingos P. (1977) – “Porto [2. Pré-história e Arqueologia]”. In *Verbo. Enciclopédia luso-brasileira de Cultura*. Vol. 15. Lisboa: Verbo
- BRANDÃO, Domingos P. (1983) – “Fragmento de ara encontrado na Sé do Porto”. *Igreja Portucalese*. 74-76 (Nov. 1983), Porto, 69-72
- BRANDÃO, Domingos P. (1984) – “Inventário de objectos do período da romanização encontrados na cidade do Porto”. *ARQ*. 10, p. 13-8
- CABRAL, J. M. Peixoto; METCALF, D. M. (1997) – *A moeda sueva. Suevic coinage*. Porto: Soc. Port. Numismática
- CAPELA, Mafalda C. B.; ARGÜELLO MENÉNDEZ, José; REIS, António (2007) – *Relatório dos trabalhos de sondagens arqueológicas de avaliação. Mouzinho da Silveira 335-341/Rua das Flores 326-332 (Porto)*. Porto: Jorge Menéndez. Texto dactilog.
- CARVALHO, Teresa P. (1996) – *Escavação arqueológica na Rua de S. Sebastião n.º 45-50. Relatório preliminar da segunda fase dos trabalhos*. Porto: Autora. Texto dactilog.
- CARVALHO, Teresa P.; FORTUNA, Jorge (2000) – “Muralla romana descoberta no Castelo de Gaia”. *ALM*. 2ª Série. 9, p. 158, 160, 162
- Catalogo do Museu de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes* (1891). Lisboa
- Centro Social e Paroquial de Lordelo do Ouro. Intervenção Arqueológica*. (2006). V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia – Arqueologia, Lda. Desdob.
- CLETO, Joel A. (1997) – *Relatório preliminar do acompanhamento arqueológico na intervenção do “Edifício do Aljube” – Rua de S. Sebastião (Sé, Porto)*. S.l.: Matriz – Soc. Construções. Texto dactilog.
- CLETO, Joel A.; VARELA, José M. (2000) – “Largo do Colégio, 9-12: entre a muralha romana e a românica?”. *ALM*. 2ª Série. 9, p. 133-5
- CORREIA, A. Mendes (1932a) – *As origens da cidade do Pôrto*. V. N. Gaia: Ed. Pátria
- CORREIA, A. Mendes (1932b) – *Cale e Porto*. Lisboa: Academia das Ciências
- CORREIA, A. Mendes (1934a) – *Cale, Portucale e Porto*. [Sep. “Arquivos do Seminário de Estudos Galegos, 6]. Santiago: Imprensa Paredes
- CORREIA, A. Mendes (1934b) – *Cale in Callaecia*. Madrid: s.n.
- CORREIA, A. Mendes (1935) – *As origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto)*. 2.ª ed. rev. e ampl., Porto: Fernando Machado
- CORREIA, A. Mendes (1936) – *A Antiguidade do Pôrto. (A propósito de algumas críticas a “As origens da cidade do Porto”)*. [Sep. “Trabalhos Assoc. Arq. Port., 2]. Lisboa
- CORREIA, A. Mendes (1938) – *O Pôrto pre e proto-histórico* In Bastos, Carlos, org. – *Nova monografia do Porto*. Porto: Compª Portug. Edit., 43-56

- CORREIA, A. Mendes (1940) – “Fontes Antiquitatum Portucalensium”. *BCCMP*. 3 (2), 181-202
- CORREIA, A. Mendes (1950) – “O Porto, suas origens, evolução e perspectivas”. *BC-CMP*. 13 (3-4), 218-37
- COSME, Susana R; ABRANCHES, Paula B. (2002) – *Intervenção arqueológica na Rua dos Mercadores, nº 116 -Porto. Relatório preliminar*. Porto: Archeo’estudos. Texto dactilog.
- COSME, Susana R; ABRANCHES, Paula B. (2006) – *Intervenção arqueológica na Rua dos Mercadores, nº 116-122. Relatório final*. Perosinho: Archeo’estudos. Texto dactilog.
- COSME, Susana R; LOPES, Isabel A. (2000) – *Relatório final da intervenção arqueológica. Rua Mouzinho da Silveira, nº 208-214*. Porto: Autores. Texto dactilog.
- COSTA, Agostinho R. (2001) – *Descrição topográfica e histórica da Cidade do Porto*. 3ª ed. Porto: Frenesi. [ed. orig. 1788]
- COUTINHO, Bernardo X. (1965) – “Relíquias do Porto antigo”. *TRIP*. 6ª Série. Ano 5 (2), 44-50
- COUTINHO, Bernardo X. (1968) – *Antecedentes pré-portugueses da História de Portugal*. (Sep. *BCCMP*, 31, 1-2). Porto: CM
- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Coimbra: Inst. Est. Históricos Dr. António de Vasconcelos
- DIAS, Lino T.; REAL, Manuel L.; TÁVORA, Maria J.; OSÓRIO, Maria Isabel P.; TEIXEIRA, Filipe F. (1988) – *Escavações arqueológicas no Castelo de S. João da Foz do Douro (Porto). Relatório. 1987*. Porto: CM. Texto dactilog.
- DORDIO, Paulo (no prelo) – “Os mosaicos da Casa do Infante e o contexto urbano na zona ribeirinha do Porto”. In *Actas 10º Colóquio da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA)* – Museu Monográfico de Conimbriga (2005). Coimbra: Museu Monog. Conimbriga
- ENCARNAÇÃO, José (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imp. Nacional-Casa da Moeda
- ERA-ARQUEOLOGIA, ed. (s.d.) – *Acompanhamento arqueológico na Avenida Marginal do Parque da Cidade. Porto. Relatório final dos trabalhos arqueológicos*. Lisboa: Era-Arqueologia. Texto dactilog.
- FABIÃO, Carlos (1992) – “A romanização do actual território português”. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal* [1 – “Antes de Portugal”]. Lisboa: Círc. Leitores
- FERREIRA, J. Pinto (1959) – “Arqueologia portuense. Novos achados arqueológicos na avenida de D. Afonso Henriques quando do seu rompimento em 1950-1954”. *BCCMP*. 22 (1-2), 369-70
- FERREIRA, José A. (1923-1924) – *Memórias archeologico-historicas da cidade do Porto. (Fastos episcopales e políticos)*. Tomos I (1923) e II (1924). Braga: Cruz & Comp.^a
- FERREIRA, Simão R. (1875) – *Antiguidades do Porto*. Porto, Typ. Lusitana
- FONSECA, Jorge; TEIXEIRA, Ricardo; FONSECA, Vítor (2009) – *Relatório de Progresso. Quarteirão da Bainharia. Sé. Porto: Arqueologia & Património*. Texto dactilog.
- FREITAS, Teresa A. (2003) – *Requalificação da Frente da Ribeira, Porto. Trabalhos Arqueológicos. Relatório final*. Lisboa: Era-Arqueologia.
- GALVÃO, Duarte (1906) – *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*. Lisboa: s.n.
- GARCIA, A. Elias (1947) – “As moedas visigodas de Portocale ou Portucalense”. *Revista de Guimarães*. 57 (1-2). Guimarães, 39-45
- GARCIA, Nuno; PEREIRA, Gabriel (2009) – *Sondagens arqueológicas na Rua de Mouzinho da Silveira, 54-56. São Nicolau, Porto. Relatório Preliminar*. V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto dactilog.
- GARCIA BELLIDO, António (1949) – *Esculturas romanas de España y Portugal*. Madrid: CSIC. 2 vols.
- GARCIA FERNANDEZ-ALBALAT, Maria B. (1995) – “Un ara votiva a Dvrvs? Valor religioso de los rios en la Antigüedad”. *Gaya*. 6 (1988-1994). V. N. Gaia, 155-76

- GOMES, José S. (1952) – “Vária. Divindades do Porto”. *BCCMP*. 15 (1-2), 192-4
- GONÇALVES, António H. (1984) – “I -O diário das escavações do Prof. Doutor Mendes Corrêa na Cividade do Porto”. *ARQ*. 10, p. 18-21
- GRIMAL, Pierre (2003) – *As cidades romanas*. Lisboa: Ed. 70
- GUERRA, Amílcar (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa. Dissert. Doutor. apresentada à Fac. Letras Univ. Lisboa. Texto dactilog. 2 vols.
- GUIMARÃES, Gonçalves (1989) – “Escavações arqueológicas na Igreja do Bom Jesus de Gaia”. *BAM*. 28, p. 17-25
- GUIMARÃES, Gonçalves (1993) – *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. V. N. Gaia: CM/Solar Condes de Resende
- GUIMARÃES, Gonçalves (1995a) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média. Arqueologia de uma área ribeirinha*, Porto: Univ. Portucalense
- GUIMARÃES, Gonçalves (1995b) – “Escavações arqueológicas na Igreja de Gaia”. In *Actas da IV Reunió d’Arqueologia Cristiana Hispânica (Lisboa, 1992)*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans/Univ. Nova de Lisboa, 429-41
- HERCULANO, Alexandre (1846) – *História de Portugal*. Tomo 1. Lisboa
- HIPÓLITO, Mário C. (1960-61) – “Dos tesouros de moedas romanas em Portugal”. *Conimbriga*. 2-3. Coimbra, 1-166
- HÜBNER, Emilio (1869) – *Corpus Inscriptio-num Latinarum* -II. Berlim
- LE ROUX, Patrick (1999) – “La ville romaine en Hispanie”. In DIAS, Lino T.; ARAÚJO, Jorge, coord. – *Actas da Mesa Redonda Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica*. Porto: Esc. Prof. Arq./IPPAR, 233-50
- LE ROUX, Patrick (2006) – *Romanos de España. Ciudades y política en las provincias (Siglo II a.C. Siglo III d.C.)*. Barcelona: Bellaterra
- LE MOS, Francisco S.; LEITE, José M.; FONTES, Luis O. (2001) – “A muralha de Bracara Augusta ea cerca medieval de Braga”. In FERNANDES, Isabel
- F. (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri/CM Palmela, 121-32
- LE MOS, Maximiano (dir.) [1910] – *Encyclopedia Portuguesa Illustrada. Dicionário Universal*. Vol.
8. Porto: Lemos & C^a Succs., s.d. [c. 1910]
- LÓPEZ-CUEVILLAS, Florentino (1989) – *La Civilización céltica de Galicia*. Madrid: Istmo (ed. orig. 1953)
- LOPEZ PAZ, Paz; GALSTERER, Hartmut, dir. (s.d.) – *La Ciudad Romana Ideal. 1. El Territorio* [Pereira-Menaut, G., dir. – *La economía política de los Romanos*, I]. Santiago: Editorial de la Historia
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004) – *El final de la Antigüedad en la Gallaecia: La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (Siglos V al X)*. S.l.: Fund. Pedro Barrié de la Maza
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; RODRÍGUEZ LOVELLE, Mónica (1998) – “Consideraciones en torno al modelo de ciudad entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media en el noroeste de la Península Ibérica (s. V-XI)”. In RODRIGUEZ COLMENERO, António, coord. – *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste Hispánico. Actas del Congreso Internacional (Lugo, 1996)*. Lugo: Dip. Provincial, 1319-46
- MACHADO, António S. (1955) – “Novas versões sobre o problema de Cale e Portucale”. *BCCMP*. 18 (3-4), 344-79
- MACHADO, António S. (1956) – *As origens da cidade do Porto. O problema de Portucale*. Porto: Tavares Martins
- MACHADO, António S. (1957) – “Ainda a formação da palavra Portucale”. *BCCMP*. 20 (3-4),
- MACHADO, António S. (1962) – “A arqueologia e as origens do Porto”, *SG*, 9 (1), 213-216
- MACHADO, António S. (1965a) – “Existiu Cale?”. *LUC*. 4, p. 83-8
- MACHADO, António S. (1965b) – “Reflexões sobre Cale e Gaia”. *LUC*. 5, p. 105-13

- MACHADO, António S. (1968a) – “Onde teria nascido portucale (Porto)”. *BCCMP*. 31 (1-2), 52-74
- MACHADO, António S. (1968b) – *O Porto mediévico. Problemas de Portucale*. Porto: Liv. Tavares Martins
- MACHADO, António S. (s.d.) – *As origens da cidade do Porto. O problema de Portucale*. 2ª ed. actual.. Porto: Autor, s.d. [1ª ed. 1956]
- MACÍAS, Marcelo (1906) – *Cronicón de Idacio*. 2ª ed. Orense: Imprensa A. Otero
- MANTAS, Vasco G. (1990) – “As cidades marítimas da Lusitânia”. In *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale*. Paris: CNRS, 149-205
- MANTAS, Vasco G. (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra. Dissert. Doutor. apresentada à Fac. Letras Univ. de Coimbra. Texto dactilog.
- MANTAS, Vasco G. (1999) – “Cidades e história económica na área de Influência da estrada Olisipo-Bracara”. In CENTENO, Rui M. S. et al., coord. (1999) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* [Anejos AEA, 20]. Madrid: CSIC, 279-98
- MARÇAL, Horácio (1967) – “A Cividade do Porto”. *TRIP*. 6ª série, 7 (3), 65-7
- MARÇAL, Horácio (1968) – “A famigerada Cividade portuense”. *TRIP*. 6ª série. 8 (8), 229-31
- MARQUES, Mário; CABRAL, J. Peixoto; MARINHO, J. (1995) – *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: Soc. Port. Numismática (Anexos Nvmmvs, 3)
- MARTINS, Carla B.; ABRANCHES, Paula B. (1999) – *Relatório final da intervenção arqueológica realizada na Praça do Infante D. Henrique (S. Nicolau, Porto)*. Porto: Archeo’estudos. Texto dactilog.
- MARTINS, Carla B.; ABRANCHES, Paula B. (2000) – *Intervenção arqueológica em área na Praça do Infante. Porto. Relatório final*. Porto: Archeo’estudos. Texto dactilog.
- MATOS, Armando de (1937) – *As estradas romanas no concelho de Gaia*. V. N. Gaia: Museus Munic. e Bibl. Pública de Gaia
- MATOS, José L. (1966) – *Subsídios para um Catálogo da Escultura Luso-Romana*. Dissert. Licenc. apresentada à Fac. Letras Univ. Lisboa. Lisboa. Texto dactilog.
- MATOS, José L. (1996) – “A romanização inicial, os mares e os rios”. In MACIEL, M. Justino (coord.) – *Miscellânea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, 331-8
- MATOS, José L. (2005) – “Escultura Romana”. In ARNAUD, J.; FERNANDES, C. (coord.) – *Construindo a Memória: as colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Assoc. Arq. Port., 235-40
- MENDES-PINTO, José M. (1999) – “Circulação monetária em torno a Cale no Baixo-Império”. In CENTENO, Rui M. et al., coord. – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania* [Anejos AEA, 20]. Madrid: CSIC, 401-13
- MENDES-PINTO, José M. (2004) – “Circulação monetária em torno a Cale nos finais da época romana”. *TRIP*. 7ª Série. 23 (11), 328-31
- MENDONÇA, Manuel F. (1984), “Alguns materiais arqueológicos encontrados na zona de intervenção do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo”. *ARQ*. 10, p. 58-63
- MORAIS, Rui (no prelo) – “*Durius e Lethes*: dois percursos de um mesmo itinerário. Problemáticas em torno das ânforas Haltern 70”. *Matesinus*. 6. [Actas das 1ªs Jornadas Arqueológicas Bacia do Rio Leça]. Matosinhos [2008]
- MORAIS, Rui; CARRERAS, César (2004) – “Geografia del consum de les Haltern 70”. In VV.AA. – *Culip VIII i les Àmfores Haltern 70* (Monografies del CASC, 5). Girona: Museu d’Arqueologia de Catalunya, 93-112
- NASCIMENTO, André M.; DELGADO, Carlos S.; SOUSA, Laura P. (2004) – *Sondagens arqueológicas na Rua das Condominhas, nº 701, Lordelo do Ouro, Porto. Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos*. V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto dactilog.
- NASCIMENTO, André M.; DELGADO, Carlos S.; SOUSA, Laura P. (2005) – *Sondagens arqueológicas na Venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto. Rua da Bolsa, nº 44 (S. Nicolau, Porto). Relatório preliminar dos*

trabalhos arqueológicos. V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto dactilog.

NASCIMENTO, André M.; SOUSA, Laura P. (2005) – *Relatório de progresso. Intervenção arqueológica BLS44.05. Edifício da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Rua da Bolsa, nº 44. S. Nicolau, Porto*. V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto dactilog.

NASCIMENTO, André M.; SOUSA, Laura P. (2006) – *Relatório de progresso. 3ª fase – 1ª etapa. Intervenção arqueológica BLS44.05. Edifício da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Rua da Bolsa, nº 44. S. Nicolau, Porto*. V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto dactilog.

NASCIMENTO, André M.; SOUSA, Laura P.; DELGADO, Carlos S. (2006) – *Relatório de progresso. 3ª fase – 2ª etapa. Intervenção arqueológica BLS44.05. Edifício da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Rua da Bolsa, nº 44. S. Nicolau, Porto*. V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto dactilog.

NASCIMENTO, André; SOUSA, Laura; SILVA, Nuno (2008) – *Relatório de Progresso. 2ª e 3ª Fases. Intervenção Arqueológica QSA-VNG.07. Quinta de Santo António. Santa Marinha, Vila Nova de Gaia*.

V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto dactilog.

OLIVEIRA, J. Pereira de (1958) – “O Porto, obra do Homem. Algumas considerações sobre a mesologia geral, do plioceno à dominação romana”. *SG*. 5, p. 290-312

OLIVEIRA, J. Pereira de (1973) – *O Espaço Urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*.

Coimbra: Inst. Alta Cultura/Centro Est. Geográficos

OSÓRIO, Maria Isabel P. (1993), “Um lugar na cidade -S. João da Foz”. In OSÓRIO, Maria Isabel (coord.) -*O Porto das Mil Idades...* Porto: CM, 2534

OSÓRIO, Maria Isabel P. (1994) – “A intervenção arqueológica no Castelo de São João da Foz: novos elementos para a reconstituição dos espaços”, In PAULINO, Francisco (coord.) -*A arquitectura militar na expansão portuguesa. Porto (...) 1994*

[Catálogo]. S/l.: CNCDP, 71-80

OSÓRIO, Maria Isabel P.; SILVA, António Manuel S. P. (1994) – “Intervenção arqueológica municipal no Porto – resultados, problemas e potencialidades”, *Bracara Augusta*. 45 [Actas 2º Enc. Arq. Urb.]. Braga: CM, 87-102

OSÓRIO, Maria Isabel P.; SILVA, António Manuel S. P. (1995) – *Escavações arqueológicas na Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto). Relatório dos trabalhos de 1994*. Porto: CM. Texto dactilog.

OSÓRIO, Maria Isabel P.; SILVA, António Manuel S. P. (1996a) – *Intervenção arqueológica de emergência na Rua de Miragaia, 75-76 – Porto. Relatório preliminar*. Porto: CM. Texto dactilog.

OSÓRIO, Maria Isabel P.; SILVA, António Manuel

S. P. (1996b) – *Intervenção arqueológica na Casamuseu Guerra Junqueiro (Porto). Relatório dos trabalhos de 1995*. Porto: CM. Texto dactilog.

OSÓRIO, Maria Isabel P.; SILVA, António Manuel

S. P.; (2002) – “Arqueologia de um espaço urbano. A Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto): primeira notícia”. In BARROS, L.; HENRIQUES, F. (coord.) -*3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997). Actas*. Almada: Museu Munic., 8395

OSÓRIO, Maria Isabel P.; SILVA, Armando C. F.; REAL, Manuel; SILVA, António Manuel S. P. Silva (2008) – *Sondagens arqueológicas no Morro da Cividade (Sé, Porto). Relatório dos trabalhos realizados em 1990-1991*. Porto: CM. Texto dactilog.

PEREIRA, Graça; FONSECA, Vítor (2004a) – *Sondagens arqueológicas. Rua da Bandeirinha, 78-80. Relatório preliminar. Porto. 2004*. Porto: Arqueologia & Património. Texto dactilog.

PEREIRA, Graça; FONSECA, Vítor (2004b) – *Relatório. Trabalhos arqueológicos no âmbito do projecto imobiliário de remodelação do edifício na Rua da Bandeirinha 78-80*. Porto: Arqueologia & Património. Texto dactilog.

PERES, Damião (1962) – “Origens do Porto”. In PERES, Damião; CRUZ, António, dir. –

História da Cidade do Porto. 1. Porto: Portu-
cal. Edit., 15-93

PÉREZ LOSADA, Fermín (2002) – *Entre a
Cidade e a Aldea. Estudio arqueohistórico
dos “aglomerados secundarios” romanos en
Galicia*. [“Brigantium”, 13]. A Coruña: Museo
Arqueológico

PIEDADE, Marta G.; LOUREIRO, Carlos F.
(2006)

– *Relatório Preliminar. Sondagens arqueoló-
gicas. Rua da Igreja de Cedofeita, nº 11. Por-
to*. V. N. Gaia: Empatia-Arqueologia. Texto
dactilog.

PINA, Luís de (1965) – “A arqueologia por-
tuense na *Anacrisis* de Pereira de Novais”.
LUC. 4, p. 63-74

PINHO LEAL, Augusto (1878) – *Portugal
Antigo e Moderno. Dicionario Geographico,
Estatistico, Chorographico, Heraldico, Ar-
cheologico...* Vol. 8. Lisboa

PINTO, Rui S. (1927) – “Introdução à arqueo-
logia portugalense”. *TRIP*. 3ª Série. 2 (25), 24-
5

REAL, Manuel L. (1984) – “Arqueologia por-
tuense em 1984. Notícia sobre as operações de
salvamento no morro da Sé, em áreas de inter-
venção do CRUARB”. *ARQ*. 10, p. 75-9

REAL, Manuel L. (1986) – *Escavações ar-
queológicas no Morro da Sé. Relatório-sín-
tese (Dezembro de 1986)*. Porto: CM. Texto
dactilog.

REAL, Manuel L. (1998) – “Ara consagrada
aos Lares Marinhos”. In PEREIRA, F. et al.
(coord.) – *A Arte e o Mar. Museu Calouste
Gulbenkian. [Catálogo exposição]*. Lisboa:
Fund. Calouste Gulbenkian, 45

REAL, Manuel L. (2005) – *Primórdios da his-
tória urbana do Porto. Entre a pré-história e
a Idade Média*. Porto: CM (DMA). Doc. elec-
trónico. Microsoft PowerPoint [Apresentação
em conferência Assoc. Comercial Port.]

REAL, Manuel L. (s.d.) – *Escavações arqueo-
lógicas no Morro da Sé (Porto). Relatório.
1986*. Porto: CM. Texto dactilog.

REAL, Manuel L. et al. (1985-86) – “Esca-
vações arqueológicas no Morro da Sé”. *BC-
CMP*. 2ª Série (3/4), 7-60

REAL, Manuel L. et al. (2009) – *Quarteirão
da Casa do Infante. Razões de ser de uma in-
tervenção*.

Porto: CM (DMA). Texto dactilog. [Doc. in-
terno]

REAL, Manuel L.; BARROCA, Mário J.; TA-
VARES, Rui (1985) – *Escavações arqueológi-
cas no Morro da Sé (Porto). Relatório. 1984*.
Porto: CM. Texto dactilog.

REAL, Manuel L.; OSÓRIO, Maria Isabel P.
(1993) – “A Cidade: lugares primeiros. Rua D.
Hugo, nº 5”. In OSÓRIO, Maria Isabel P. (co-
ord.) – *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na
Cidade*. Porto: CM, 1524

REAL, Manuel L.; OSÓRIO, Maria Isabel
P.; TEIXEIRA, Filipe F.; TÁVORA, Maria J.
(1990)

– *Escavações arqueológicas no Castelo de
S. João da Foz do Douro (Porto). Relatório
1989*. Porto: CM. Texto dactilog.

REAL, Manuel L.; TÁVORA, Maria J.; OSÓ-
RIO, Maria Isabel P.; TEIXEIRA, Filipe F.
(1989) –

*Escavações arqueológicas no Castelo de S.
João da Foz do Douro (Porto). Relatório.
1988*. Porto: CM. Texto dactilog.

REAL, Manuel L.; TÁVORA, Maria J.; OSÓ-
RIO, Isabel P.; TEIXEIRA, Filipe F. (1987)
– *Escavações arqueológicas no Morro da Sé
(Porto). Relatório. 1987*. Porto: CM. Texto
dactilog.

REAL, Manuel L.; TEIXEIRA, Filipe F.;
OSÓRIO, Maria Isabel P. (1991) – *Esca-
vações no Castelo de S. João da Foz. Relató-
rio de 1990*. Porto: CM. Texto dactilog.

REAL, Manuel L.; TEIXEIRA, Filipe F.;
OSÓRIO, Maria Isabel P. [1992] – *Relatório
das escavações arqueológicas do Castelo da
Foz. 1991*. Porto: CM. Texto dactilog., s.d.
[1992]

RIBEIRO, Manuela C. S. (1999) – *Obras de
recuperação urbana no Bairro da Sé (Porto).
2ª e 3ª fases de arruamentos (PPUBS-CMP).
Relatório dos Trabalhos de Acompanhamento
Arqueológico*. Porto:[CM]. Texto dactilog.

RIBEIRO, Manuela C. S. (2002) – “Acom-
panhamento arqueológico dos trabalhos de
recuperação urbana nas Ruas do Bairro da Sé

- (Porto). Metodologia e resultados preliminares". In BARROS, L.; HENRIQUES, F. (coord.) -3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 1997). Actas. Almada: Museu Munic., 2335
- RIBEIRO, Manuela C. S. (2004) – *Casa da Câmara (Sé, Porto). Relatório final do Acompanhamento Arqueológico*. Porto: CM. Texto dactilog.
- RIBEIRO, Manuela C. S.; NOGUEIRA, Sandra (no prelo) -*Acompanhamento arqueológico das obras de Requalificação dos "Caminhos do Romântico". Relatório Final*. Porto: CM. Texto dactilog.
- RIBEIRO, Manuela C. S.; SILVA, António Manuel
- S. P. (2008) – “Uma sondagem arqueológica na Fábrica de Cerâmica de Miragaia”. In CORREIA, Margarida R. (Coord.) – *Fábrica de Louça de Miragaia. Museu Nacional de Soares dos Reis (...) Museu Nacional do Azulejo (...)* [Catálogo]. Lisboa: Ministério da Cultura/IMC, 85-9
- RIBEIRO, Manuela C. S.; SILVA, António Manuel S. P. (no prelo) – *Trabalhos arqueológicos de levantamento da base da sepultura romana do Largo do Colégio, Porto. Relatório*. Porto: CM. Texto dactilog.
- RIBEIRO, Manuela C. S.; SILVA, António Manuel S. P. (no prelo) – *Uma sondagem arqueológica na Fábrica de Louça de Miragaia (Rua de Tomás Gonzaga, 3-13, Porto). Relatório*. Porto: CM. Texto dactilog.
- RODRIGUEZ COLMENERO, António (1979) – *Augusto e Hispania. Conquista y organización del Norte Peninsular*. Bilbao: Univ. Deusto
- RODRIGUEZ COLMENERO, António (1997) – *Aquæ Flaviæ. I. Fontes epigráficas da Gallæcia meridional Interior*. 2ª ed. Chaves: CM
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio (2004) – *Arqueologia Urbana en España*. Barcelona: Ariel
- ROLDAN HERVÁS, José M. (1966) – “Sobre los acusativos com «ad» en el Itinerario de Antonino”. *Zephyrus*. 17. Salamanca, 109-19
- ROLDAN HERVÁS, José M. (1975) – *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Madrid: Univ. Valladolid/Univ. Granada
- “Ruínas romanas na Sé do Porto” (2004). *PORT*. 7 (Dez. 2004), 3
- SÁ, Manuel A.; PAIVA, Maria B. (1995) – “Notas sobre o comércio romano na bacia do Douro: as ânforas do Castelo de Gaia e Monte Murado”. *Gaya*. 6 (1988-1994). V. N. Gaia, 89-104
- SAMPAIO, Alberto (1979) – *Estudos Históricos e Económicos. Vol. 2. As póvoas marítimas*. Lisboa: Vega, [ed. orig. 1923]
- SCHATTNER, Thomas G. (2003) – “Stilistische und formale Beobachtungen an den Kriegerstatuen”. *Madrider Mitteilungen*. 44. Madrid, 127-49
- SCHATTNER, Thomas G. (2004) – “Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos”. *O AP*. Série 4. 22, p. 9-66
- SCHULTEN, Adolf (1931) – *Fontes Hispaniae Antiquae*. Vol. 4. Barcelona: U.B.
- SILVA, António Manuel S. P. (1994) – *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. Porto. Dissert. mestrado Fac. Letras Univ. do Porto. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P. (1998) – *Intervenção Arqueológica de Emergência na Rua da Penaventosa, 39-43. Relatório preliminar*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P. (2000a) – “O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial”. *ALM*. 2ª Série. 9, p. 138-9
- SILVA, António Manuel S. P. (2000b) – “Rua D. Hugo, 5 – um arqueossítio fundador”. *ALM*. 2ª Série. 9, p. 136-7
- SILVA, António Manuel S. P. (2003) – “Duas décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto. Aspectos da intervenção municipal”. In PINTO, Paulo C. (coord.) – *Encontros do Património de Vila do Conde. Actas*. Vila do Conde: CM, 33-49
- SILVA, António Manuel S. P. (2004) – “A gestão do património arqueológico e os instrumentos de ordenamento do território: Dois

- casos de estudo: Porto e Arouca”. In STOKLER, Carla (coord.) – *Encontros Culturais do Baixo Tâmega. Património. Actas*. Baião: CM, 2004 [2006], 207-17
- SILVA, António Manuel S. P. (2005) – “Casa do Infante, Porto”. In HIDALGO CUÑARRO, J. M. (coord.) – *Rutas arqueológicas do Eixo Atlântico/Roteiro arqueológico do Eixo Atlântico*. Vigo: Eixo Atlântico, 235-6
- SILVA, António Manuel S. P. (2006) – “O Togado, um enigma vindo do fundo do rio”. *PORT*. 10, p. 10
- SILVA, António Manuel S. P. (2007) – *Revisão do Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia. Património Arqueológico. Património Geomorfológico. Relatório Final*. V. N. Gaia. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P. Silva; BARBOSA, Sandra (1998) – *Conclusão da intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39, 45 e 57 (Jun. – Set. 1998). Relatório preliminar*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P.; BARBOSA, Sandra (1998) – *Conclusão da intervenção arqueológica na Rua da Penaventosa, 39, 45 e 57. Relatório preliminar*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P.; BARBOSA, Sandra; SÁ, Anabela P.; BORGES, Susana; RIBEIRO, Manuela C. S. (2006) – *Largo de Penaventosa, 21. Porto. Relatório Final das Sondagens de Avaliação Arqueológica*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P.; BARBOSA, Sandra; RIBEIRO, Manuela C. S. (no prelo) – *Escavações arqueológicas na Rua da Penaventosa, números 39 a 57, Porto. Relatório final*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P. Silva; RIBEIRO, Manuela C. S.; BARBOSA, Sandra; LOPES, Lídia; GUIMARÃES, Susana (no prelo) – *Rua da Penaventosa, 27 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório final da sondagem de avaliação arqueológica*. Porto: CM (GAU). Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P.; LOPES, Lídia; GUIMARÃES, Susana; BARBOSA, Sandra; RIBEIRO, Manuela C. S. (2003) – *Largo de Penaventosa, 25. Porto. Relatório final das sondagens de avaliação arqueológica*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P.; OSÓRIO, Maria Isabel P.; (1996) – *Sondagem arqueológica de avaliação. Rua de Miragaia, 123-124 – Porto. Relatório preliminar*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P.; RIBEIRO, Manuela C. S.; BARBOSA, Sandra; (2006) – *Rua de Santana, 25. Porto. Relatório das sondagens de avaliação arqueológica*. Porto: CM. Texto dactilog.
- SILVA, António Manuel S. P.; RODRIGUES, Miguel; SOUSA, Laura; BARBOSA, Sandra; RIBEIRO, Manuela C. S. (2007) – *Sondagens arqueológicas na área prevista para a construção do Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Lordelo do Ouro – Porto. Relatório preliminar*. Porto: CM/Direcção Reg. Cultura do Norte. Texto dactilog.
- SILVA, Armando C. F. (1980) – *Investigação arqueológica na área urbana Ribeira-Barredo (Porto) realizada em 1980*. Porto: Fac. Letras Univ. Porto. Texto dactilog.
- SILVA, Armando C. F. (1984a) – “Sondagem arqueológica na Praça da Ribeira”, *ARQ*, 10, p. 72-5
- SILVA, Armando C. F. (1984b) – “Aspectos da Proto-História e Romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento”. *Gaya*. 2. V. N. Gaia, 39-58
- SILVA, Armando C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: CM/MACS
- SILVA, Armando C. F. (1994) – “Origens do Porto”, In RAMOS, Luís O. (dir.) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 46-117
- SILVA, Armando C. F. (1996) – “A cultura castreja no Norte de Portugal: integração no mundo romano”. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmén – *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio Internacional)*. Madrid: Ayunt. Gijón/ Electa España, 49-55
- SILVA, Armando C. F. (1999) – “A ocupação do território do Noroeste peninsular aquando da chegada dos Romanos”. In DIAS, Lino

T.; ARAÚJO, Jorge, coord. – *Actas da Mesa Redonda Emergência e Desenvolvimento das Cidades Romanas no Norte da Península Ibérica*. Porto: Escola Prof. Arqueologia/IPPAR, 39-52

SILVA, Armando C. F. (2000) – “Proto-história e romanização do Porto”. *ALM*. 9, p. 94-103

SILVA, Armando C. F. (2007) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª ed. [revisita e atualizada] Paços de Ferreira: CM/MACS/CACEC

SILVA, Armando C. F.; CENTENO, Rui S.; BARBOSA, Maria B.; BARBOSA, João P. (1998) – *Escavações arqueológicas na Ribeira (Porto). Intervenção no Porto Carlton Hotel. Relatório*. Porto: Etnos. Texto dactilog.

SILVA, Armando C. F.; CENTENO, Rui S.; LOPES, António B. (1996) – *Escavações arqueológicas na Ribeira (Porto). Intervenção no Porto Carlton Hotel. Relatório*. Porto: Etnos. Texto dactilog.

SOARES, Torquato S. (1962) – *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*. Tomo I. Coimbra: Fac. Letras

SOUZA, Vasco de (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der Skulpturen der Römischen Welt. Portugal*. Coimbra: Inst. de Arqueologia da Fac. Letras de Coimbra

TEIXEIRA, Filipe S. (1995) – *Intervenção arqueológica no Monte do Crasto, Nevogilde*. Porto: CM. Texto dactilog.

TEIXEIRA, Ricardo; DORDIO, Paulo (2000) – “Intervenção arqueológica na Casa do Infante: dezassete séculos de História na zona ribeirinha do Porto”. *ALM*. 2ª Série. 9, p. 132-4

TRANOY, Alain (1974) – *Hydace. Chronique*. [Introduction, texte critique, traduction]. Paris: Ed. du Cerf. 2 vols.

TRANOY, Alain (1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diff. de Boccard

TRANOY, Alain (1995) – “La rive Nord du Douro à l'époque romaine: contribution épigraphique à l'étude d'une zone frontalière”. *Gaya*. 6 (1988-1994). V. N. Gaia, 125-136

VARELA, José M.; CLETO, Joel A. (2001) – *Intervenção arqueológica no edifício do Largo do Colégio, nº 9-12 (Freguesia da Sé, Porto). Relatório dos trabalhos realizados*. Porto: Autores. Texto dactilog.

VASCONCELOS, José Leite de (1905) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol 2. Lisboa: Imp. Nacional

VASCONCELOS, José Leite de (1913) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol 3. Lisboa: Imp. Nacional

VASCONCELOS, José Leite de (1931) – “Cale e Portucale”. *Revista Lusitana*. 29. Lisboa, 50-6

ABREVIATURAS

Revistas: *AEA* – *Archivo Español de Arqueología* (Madrid); *ALM* – *Al-Madan* (Almada); *ARQ* – *Arqueologia* (Porto); *BAM* – *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia* (V. N. Gaia); *BCCMP* – *Boletim Cult. l. Câm. Munic. do Porto* (Porto); *LUC* – *Lucerna* (Porto); *OAP* – *O Arqueólogo Português* (Lisboa); *PORT* – *Portvs. Boletim de Arqueologia Portuense* (Porto); *SG* – *Studium Generale* (Porto); *TRIP* – *O Tripeiro* (Porto). **Editores:** CM – Câmara Municipal

ANEXO INVENTÁRIO DE SÍTIOS E ACHADOS

O inventário que se segue – aqui apresentado de forma muito sumária¹ – respeita aos vestígios da época romana encontrados na cidade do Porto, quer procedam de escavações e outros trabalhos arqueológicos, quer resultem de achados ocasionais.

A listagem, que atingiu 88 registos, está ordenada por critério cronológico, de acordo com os anos em que se realizaram os achados ou intervenções. Todavia o princípio prevalecente, designadamente no caso dos trabalhos arqueológicos, é o dos sítios, pelo que, nas situações em que ocorrem diversas intervenções no mesmo local, o mesmo é registado pelo ano mais antigo (por exemplo, [04], a área da Cidade, teve trabalhos e recolhas de materiais arqueológicos em 1932, 1950 e 1990, mas to-

das as informações foram anexadas às dos trabalhos iniciais de Mendes Correia).

A referência a sítios ou achados, no Inventário ou no texto é feita pelo número que os identifica nesta listagem, apresentado entre parêntesis rectos (ex: [38]; [67]). A ordem de apresentação dos dados em cada ficha foi feita de acordo com o esquema que se apresenta abaixo. A datação dos vestígios varia entre a menção mais genérica (“Época romana”) até à distinção Alto/ Baixo Império, quando não é possível maior precisão.

Na Bibliografia indicamos, além dos trabalhos publicados, os relatórios técnicos disponíveis sobre o sítio, intervenção ou achado, uma vez que a larguíssima maioria dos trabalhos não se encontra ainda publicada de outra forma. Num ou noutro caso não pudemos ter acesso aos relatórios técnicos, pelo que recorremos a informações pessoais ou ao conhecimento directo das situações.

Nº de inventário

Designação/Localização

Responsabilidade do achado ou intervenção (director/empresa ou entidade)

Data do achado ou trabalho. Tipo de trabalho

Descrição dos achados e comentários

Cronologia

Bibliografia

01. Inscrições romanas

Anterior ao séc. XVII. Sé do Porto Inscrições desaparecidas, duas das quais funerárias. Época romana HÜBNER 1869; CORREIA 1940; BRANDÃO 1963; 1984

02. Inscrição romana

Anterior ao séc. XVII. Igreja de São Pedro (Miragaia?) “no subúrbio do Porto” Inscrição, desaparecida, interpretada usualmente como um voto a *Dvrius*. Época romana HÜBNER 1869; VASCONCELOS 1905:234; CORREIA 1940; GOMES 1952; GARCÍA-FERNÁNDEZ ALBALAT

03. Estátua (Togado)

1868. Rio Douro, próximo do farol de S. Miguel-o-Anjo

O único exemplar de estatuária romana encontrado no Porto veio à luz do dia, emerso das águas do Douro, em 1868. Trata-se de um exemplar em granito, com 1,23 metros de altura, representando uma figura masculina, togada.

A sua datação levanta alguns problemas, embora a generalidade dos autores a considere romana, sendo excepção M. Barroca, que entende tratar-se de uma imitação renascentista. Época romana (Séc. I) *Catalogo...* 1891:114; GARCIA BELLIDO 1949:191-2, nº 227; COUTINHO 1965: 44-50; MATOS 1966: 26; 2005: 235-40; SOUZA 1990: 152; SILVA 1994: 93-4; BARROCA 2001: 37-51; SCHATNER 2003: 127-49; 2004: 22-3; SILVA, A.M. 2006.

04. Tesouro numismático

Primeiros anos do séc. XX. Miragaia Tesouro perdido, composto por “uns milhares” de pequenos bronzes (HIPÓLITO 1960-61:47).

Época romana (Baixo Império) HIPÓLITO 1960-61

05. Cidade

A. A. Mendes Correia (Fac. Ciências Univ. Porto)

1932. Sondagens (2 valas alongadas; área desconhecida) Algum espólio romano, aparentemente sem relação com estruturas.

Alves Moreira; Santos Júnior (Fac. Ciências Univ. Porto)

1950; 1953; 1954. Recolhas avulsas; escavações pontuais Algum espólio romano, aparentemente sem relação com estruturas.

Maria Isabel P. Osório; Armando Coelho F. Silva; Manuel

L. Real (C. M. Porto; Fac. Letras Univ. Porto)

1990-91. Sondagens (c. 50 m²) Espólio de cronologia romana.

Época romana (Alto Império – Baixo Império) CORREIA 1932a; 1950; FERREIRA 1959; GONÇALVES 1984; BARROCA 1984; OSÓRIO *et al.* 2008

06. Ara

1940. Junto à Sé do Porto

Ara, dedicada aos Lares Marinhos. Época romana (Século II) CORREIA 1940; AZEVEDO 1960; SILVA, A.C. 1994; REAL 1998

07. Fustes de colunas

1940. Junto à Sé do Porto Próximo da ara anterior apareceram dois fustes de coluna, em calcáreo, toscanas, ainda com o arranque dos astrágalos. Medem, respectivamente, 1,25 e 1,48 metros.

Época romana PERES 1962; BRANDÃO 1963; 1984

08. Mós giratórias; uma moeda

1940. Junto à Sé do Porto Achado de “diversos fragmentos de mós manuais, circulares” e “uma moeda romana do tempo de Constantino” (BRANDÃO 1963: 241), materiais desaparecidos.

Época romana BRANDÃO 1963; 1984

09. Mós giratórias, moedas, *pondus*

Década de 1950 (?). Seminário Maior do Porto Achado de materiais romanos, como mós e uma dezena de moedas do século IV.

Época romana BRANDÃO 1963; 1984

10. Fustes de colunas

Década de 1950 (?). Rua D. Hugo, 13 Referência a dois fustes de colunas, enterrados, com 0,32 m de diâmetro na parte descoberta, que tem cerca de um metro. Época romana (?) BRANDÃO 1963; 1984

11. Mó

1967. Rua de D. Hugo, 41

Achado de uma mó giratória. Época romana BRANDÃO 1984

12. Cerâmica de construção

1979-1983. Praça da Ribeira, 25-26

Fragmentos de *tegula*. Época romana MENDONÇA 1984:60, 63

13. Ruínas (?) e cerâmica

1979-1983. Rua de Baixo (entre 9-11 e 8-10) Estruturas, aparentemente associadas a fragmentos de *tegulae* e de ânforas.

Época romana MENDONÇA 1984:60-61

14. Mó manual

1979-1983. Largo do Terreirinho, 15

Recolha de uma mó manual giratória (dormente). Época romana MENDONÇA 1984:60-61

15. Cerâmica de construção

1979-1983. Largo do Terreirinho, 5

Fragmentos de *tegulae*. Época romana MENDONÇA 1984:60-61

16. Cerâmica de construção

1979-1983. Travessa do Barredo, 7

Fragmentos de *tegulae*. Época romana MENDONÇA 1984:62

17. Cerâmica de construção

1979-1983. Travessa do Barredo, 4-6

Fragmentos de *tegulae*. Época romana MENDONÇA 1984:62

18. Praça da Ribeira

Armando Coelho F. Silva (Fac. Letras Univ. Porto)

1980. Sondagem (c. 144 m²) Cerâmica comum, alguma “de cronologia provável do Baixo Império”.

Época romana (Baixo-Império) SILVA, A.C. 1980; 1984

19. Cerâmica (ânforas e *tegula*), mó giratória

1980, 1983. Zona do Barredo Referências ao achado de fragmentos de ânfora e material de construção romano, bem como o dormente de uma mó giratória, elementos hoje desaparecidos.

Época romana BRANDÃO 1984

20. Cerâmica romana

Década de 1980 (?). Lugar de Passos (Praça de D. Pedro V, Rua de Sagres) Terão aparecido, num corte de terreno, “um fragmento de cerâmica romana tardia” e, nas proximidades, fragmentos de *tegulae*, dois *pondera* e outras cerâmicas.

Época romana BRANDÃO 1984

21. Ara

1983. Sé do Porto Fragmento de uma pequena ara, em granito de grão fino.

Época romana BRANDÃO 1983; 1984

22. Vidros

1983. Junto da Sé

Achado de fragmentos de vidro romano. Época romana BRANDÃO 1984

23. Rua de D. Hugo, 5

Manuel L. Real; Maria Isabel P. Osório e outros (C. M. Porto) 1984-87; 1992-93. Escavação em área (c. 80 m²)

As estruturas respeitam essencialmente ao resto de uma construção de planta ortogonal com as esquinas arredondadas e pavimento interior lajeado, datada do séc. I, cortada por um muro de bom aparelho (de que só pôde observar-se uma das faces, pois está incorporado no alicerce do edifício moderno) interpretado como correspondente a um amuralhamento, erguido provavelmente em finais do século III. Apareceram ainda, noutros pontos, diferentes tramos de muros romanos, bem como pavimentos empedrados e em terra batida, de cronologia afim (REAL *et al.* 1985-86). O espólio arqueológico romano é bastante diversificado, integrando cerâmica comum e de construção, ânfora, *terra sigillata*, vidros e algumas moedas.

Época romana (Alto Império – Baixo Império) REAL s.d.; 1984; 1986; REAL; OSÓRIO 1993; REAL *et al.* 1985; 1985-86; 1987; SILVA, A.M. 2000b; 2005

24. Rua de S. Sebastião/Casa da Câmara

Manuel L. Real; Maria Isabel P. Osório e outros (C. M. Porto) 1984-87. Sondagens

Espólio romano diversificado, sem estruturas.

Manuela C. S. Ribeiro

2000. Acompanhamento arqueológico Durante de uma mó manual giratória, de aspecto romano.

Época romana REAL s.d.; 1984; 1986; REAL; OSÓRIO 1993; REAL *et al.* 1985; 1985-86; 1987; RIBEIRO 2004

25. Castelo de São João da Foz. Ara

1987-1992. Escavação extensiva

Maria Isabel P. Osório; Manuel L. Real (C. M. Porto) Ara romana, aparentemente dedicada a divindades aquáticas.

Época romana DIAS *et al.* 1988; REAL *et al.* 1989; 1990; 1991; 1992; OSÓRIO 1993; 1994b; SILVA, A.C. 1994

26. Monte do Crasto

Maria Isabel P. Osório; Filipe Teixeira (C. M. Porto)

1989-90. Sondagem (4 m²) Fragmentos cerâmicos, muito rolados, aparentemente de ânfora.

Época romana TEIXEIRA 1995

27. Casa do Infante/Rua da Alfândega, 10

Manuel L. Real; Paulo Dordio; Ricardo Teixeira (C. M. Porto) 1991-2003. Escavação em área (superior a 1500 m²). Figuras 3 e 4

Identificados pela primeira vez pavimentos de mosaicos no Porto. Os painéis musivos fazem parte de dois compartimentos de uma construção de orientação NO./SE., com cerca de 24x20 metros, definido por um pátio central, lajeado, rodeado por quatro alas sensivelmente modulares (DORDIO, no prelo), ocorrendo ainda estruturas correspondentes a outros edifícios. Espólio arqueológico romano vasto e diversificado, incluindo moedas (mais de 250 exemplares), *sigillatas*, vidros, uma lucerna, ânfora, cerâmica comum e de construção, etc. Não obstante a ocupação romana mais marcante ser claramente tardia, registam-se alguns elementos que evidenciam que a área estaria já ocupada no Alto Império (DORDIO, no prelo).

Época romana (Alto Império – Baixo Império) TEIXEIRA; DORDIO 2000; REAL 2005; REAL *et al.* 2009; MENDES-PINTO 1999; 2004 [numismática]; DORDIO, no prelo

28. Casa-Museu Guerra Junqueiro/Rua D. Hugo, 30-32

Maria Isabel P. Osório; António Manuel S. P. Silva (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana) 1994-96. Escavação extensiva

Restos de estruturas e espólio romano diverso, essencialmente do século IV. Época romana OSÓRIO; SILVA 1994; 1995; 1996b; 2002

29. Rua de S. Sebastião, 45-50 (“Casa Amarela”)

Teresa Pires de Carvalho

1995-96. Sondagens (área desconhecida; mín. 30 m²) Muros de uma construção romana, com espólio associado.

Época romana (Baixo Império; Alto Império vestigial) CARVALHO 1996

30. Âncora

1995. Nas águas do Douro, junto ao paredão do farolim de Felgueiras

Achado casual de um cepo de âncora, em chumbo. Época romana Inédito

31. Rua de Miragaia, 75-76

Maria Isabel Osório; António Manuel S. P. Silva 1996. Sondagens (11 m²).

Fragmentos de *tegula* e de cerâmica comum romana. Época romana OSÓRIO; SILVA 1996a

32. Rua de Miragaia, 123-124

Maria Isabel Osório; António Manuel S. P. Silva 1996. Sondagens (7 m²).

Fragmentos de *tegulae*, sem contexto evidente. Época romana SILVA; OSÓRIO 1996

33. Rua da Bainharia, 67-68

Joel Alves Cerqueira Cleto (Matriz – Soc. de Construções)

1996. Acompanhamento arqueológico. Espólio romano, designadamente ânforas datadas, pelo menos em parte, do séc. I. Época romana

Resultados não publicados

34. Rua da Bainharia, frente ao nº 139 (Sond. 1 Ruas da Sé)

Manuela C. S. Ribeiro (C. M. Porto) 1996. Sondagem (4,5 m²)

Espólio cerâmico, de cronologia indefinida. Época romana RIBEIRO 1999; 2002

35. Rua Escura (Sond. 5 Ruas da Sé)

Manuela C. S. Ribeiro (C. M. Porto) 1996. Sondagem (2,4 m²) Materiais romanos, sobre um empedrado de pedra

miúda. Época romana (tardia) RIBEIRO 1999; 2002

36. Rua de S. Sebastião, frente à Casa da Câmara (Sond. 9 Ruas da Sé)

Manuela C. S. Ribeiro (C. M. Porto)

1996. Sondagem (3,4 m²) Referência a níveis de derrube de estruturas, com espólio romano.

Época romana RIBEIRO 1999; 2002

37. Rua de S. Sebastião, frente à Casa da Câmara (Sond. 13 Ruas da Sé)

Manuela C. S. Ribeiro (C. M. Porto) 1996. Sondagem (5,9 m²)

Cerâmica de época romana. Época romana RIBEIRO 1999; 2002

38. Largo Dr. Pedro Vitorino (Sond. 14 Ruas da Sé)

Manuela C. S. Ribeiro (C. M. Porto)

1996. Sondagem (5,8 m²) Restos de estruturas, associadas a fragmentos de *tegula*.

Época romana RIBEIRO 1999; 2002

39. Rua de S. Sebastião, frente ao nº 45-50 (Sond. 15 Ruas da Sé)

Manuela C. S. Ribeiro (C. M. Porto)

1996-1997. Sondagem (22,2 m²) Estruturas de época romana, com distintos alinhamentos e evidenciando diversas fases construtivas. Destaca-se, em particular, “um pequeno compartimento de planta rectangular, com cerca de 2,80x2,10 metros, de que se conservaram três dos muros ainda com várias fiadas de pedras, com um alçado máximo de cerca de 0,80 metros”. Este compartimento apresentava a base revestida por uma camada de terra argilosa, “bordejada por blocos de pedra miúda e pedaços de *tegula*”, com claras funções de impermeabilização, criando-se assim um receptáculo que escoava, aparentemente, para um pequeno vão existente na parede Este da construção, que deverá ter tido utilização para fins sanitários ou industriais. Para além de outros

alinhamentos murários, encontraram-se ainda pavimentos em terra pisada e diversos buracos de poste. O espólio arqueológico deste horizonte inclui cerâmicas, um numisma do século IV e vidros de datação similar, parecendo apontar, globalmente, para uma ocupação do Baixo Império/Antiguidade tardia (RIBEIRO 1999:37-8).

Época romana (tardia) RIBEIRO 1999; 2002

40. Aljube/Rua de S. Sebastião

Joel Alves Cerqueira Cleto (Matriz – Soc. de Construções)

1996-97. Sondagens. Abundante espólio romano, incluindo cerâmica comum, *sigillata*, cinzentas finas, lucernas, ânforas e diversas moedas, aparentemente procedente de níveis de aterro e sem associação a qualquer estrutura.

Época romana (pelo menos Alto Império) CLETO 1997; MORAIS; CARRERAS 2004; MORAIS, no prelo [ânforas]; MENDES-PINTO 1999; 2004 [numismática].

41. Viela do Anjo

Joel Alves Cerqueira Cleto (Matriz – Soc. de Construções) 1996-97. Sondagens/escavação extensiva (?)

Espólio romano, não descriminado. Época romana Resultados não publicados

42. Praça da Ribeira/Porto Carlton Hotel

Armando Coelho Ferreira da Silva; Rui Manuel S. Centeno (Etnos) 1996-1998. Sondagens/escavação extensiva (mín. 220 m²)/Acompanhamento arqueológico

Cerâmica comum romana, *tegula* e ânfora numa camada do século I d.C., havendo também materiais romanos num depósito datado do século I a.C.

Época romana (Finais da República ? / Alto Império) SILVA; CENTENO; LOPES 1996; SILVA *et al.* 1998

43. Rua da Fonte Taurina, 87-93

Armando Coelho Ferreira da Silva; Rui Manuel S. Centeno (Etnos) 1997. Sondagens.

Espólio romano, aparentemente associado a níveis de ocupação, designadamente ao que na altura foi considerado como podendo corresponder a uma linha de cais da época romana, não se conhecendo outros detalhes pelo extravio dos registos e do espólio da intervenção.

Época romana Resultados não publicados

44. Rua da Fonte Taurina, 12-24

Armando Coelho Ferreira da Silva; Rui Manuel S. Centeno (Etnos) 1997. Sondagens.

Espólio romano. Época romana Resultados não publicados

45. Rua de Santana, 25

António Manuel S. P. Silva; Manuela C. S. Ribeiro; Sandra

C. P. Barbosa (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana)

1997-1999. Escavação integral (35 m²) Restos de construções. Num dos ambientes detectaram-se dois muros, com largura entre 0,45 e 0,50 metros, em ângulo levemente obtuso, um com 3 metros (NE./SO.) e outro com 2,6 metros (NO./SE.), tendo o primeiro um alçado conservado na ordem dos 0,90 metros. Um segundo ambiente, localizado num espaço muito exíguo, era composto por uma espécie de umbral, aparentemente associado a uma soleira de porta. Estas estruturas foram datadas, pelo espólio associado, da época tardo-romana (séculos IV/V). Os materiais romanos incluíam, além de cerâmica comum e de construção, *sigillata*, cinzenta fina, ânfora e vidros (materiais essencialmente tardo-romanos, se bem que estejam presentes elementos mais antigos).

Época romana (Baixo Império) SILVA; RIBEIRO; BARBOSA 2006

46. Rua das Aldas, 18 (Ilha das Aldas)

Leonor Sousa Pereira 1998. Sondagens.

Espólio romano. Época romana Resultados não publicados

47. Quarteirão do Largo do Colégio

Joel Alves Cerqueira Cleto (Matriz – Soc. de Construções) 1998. Sondagens.

Espólio romano. Época romana Resultados não publicados

48. Rua da Penaventosa, 49-51

António Manuel S. P. Silva; Sandra C. P. Barbosa (C. M.

Porto – Gab. Arq. Urbana)

1998. Sondagens (c. 30 m²) Materiais de época romana e restos de estruturas, mal conservadas, que podem relacionar-se com a muralha. O espólio sugere uma ocupação essencialmente dos finais da Idade do Ferro e Alto Império, embora ocorram também artefactos tardo-romanos.

Época romana (Alto Império)

SILVA; BARBOSA 1998; SILVA; BARBOSA; RIBEIRO (no prelo)

49. Rua da Penaventosa, 39-43

António Manuel S. P. Silva; Sandra C. P. Barbosa (C. M.

Porto – Gab. Arq. Urbana)

1998. Sondagens (12 m²) Diferentes estruturas de época romana, designadamente os restos de um espesso e duro pavimento de argamassa, revestido a seixos de rio e delimitado por um murete de pedras argamassadas, que parecia constituir a base de um tanque; dois alinhamentos de muros castrejo-romanos, parcialmente sobrepostos, estando o muro inferior associado a um buraco de poste rasgado no saibro basal; uma profunda vala para eventual escoamento de águas e um muro bastante espesso correspondente a um alinhamento de muralha romana, num tramo com cerca de três metros de extensão, tendo-se recolhido uma mó giratória junto à sua face interna. O espólio romano, diversificado, inclui cerâmica comum e de construção, terra *sigillata*, cinzenta fina, paredes finas, ânfora, etc., parecendo globalmente poder classificar-se entre o século I a.C. e o século I da nossa era. Época romana (Alto Império) SILVA, A.M. 1998; SILVA; BARBOSA 1998; SILVA; BARBOSA; RIBEIRO (no prelo)

50. Rua de Penaventosa, 53-57

António Manuel S. P. Silva; Sandra C. P. Barbosa (C. M.

Porto – Gab. Arq. Urbana)

1998. Sondagens Espólio romano, de cronologia variável, aparentemente sem relação com estruturas.

Época romana

SILVA; BARBOSA 1998; SILVA; BARBOSA; RIBEIRO

(no prelo)

51. Rua da Penaventosa, 45-47

António Manuel S. P. Silva; Sandra C. P. Barbosa; Manuela

C. S. Ribeiro (C. M. Porto – Gab. Arq. Urbana)

1998-1999. Sondagens (12 m²) Espólio romano diversificado (*tegula* e *imbrex*, cerâmica comum, ânfora, *sigillata*, alguns vidros, etc.) e algumas estruturas, designadamente o cunhal de uma construção.

Época romana (Alto Império) SILVA, A.M. 1998; SILVA; BARBOSA 1998; SILVA; BARBOSA; RIBEIRO (no prelo)

52. Rua de Santana/Largo do Colégio 9-12

Joel A. Cleto; José Manuel Varela; Leonor Sousa Pereira

(Matriz – Soc. de Construções)

1998-99. Escavação extensiva Identificadas diversas estruturas de época romana, com destaque para uma construção de planta ortogonal que evidenciava piso com lareira, definida por pequenas pedras, uma sepultura e uma estrutura que poderá corresponder a um amuralhamento romano. A sepultura, que só pôde escavar-se parcialmente, uma vez que está sobreposta por outras estruturas, é de inumação e é constituída por uma base feita de *tegulae*, assente no saibro natural e com as paredes laterais feitas no mesmo material, formando uma cobertura em duas águas colmatada superiormente por *imbrex* (CLETO; VARELA 2000). Todo o conjunto estava recoberto por um amontoado de pequenas pedras. A sepultura, com as medidas aproximadas de 1,60x0,60 metros, está orientada no sentido Leste/Oeste. No exterior do imóvel e da muralha medieval, numa zona de forte pendente, detectou-se uma estrutura de grande aparelho composta por um tramo rectilíneo de onde parece sair um para-

mento de planta subcircular. De acordo com os responsáveis pela intervenção, o compartimento com lareira terá cronologia Alto Imperial, sendo tardia a sepultura (séculos IV-V); não há elementos para datar a estrutura monumental exterior, uma vez que a escavação não atingiu as respectivas fundações. O espólio da intervenção é diversificado, desde a cerâmica comum e de construção romanas até à *sigillata*, ânfora, vidros, etc.

Época romana (Alto Império; Baixo Império) CLETO; VARELA 2000; VARELA; CLETO 2001

Manuela C. S. Ribeiro; António Manuel S. P. Silva (C. M. Porto – Gab. Arq. Urbana) 2004. Escavação pontual e Acompanhamento arqueológico

Intervenção exclusivamente para levantamento da base da sepultura romana. Época romana (Baixo Império) RIBEIRO; SILVA (no prelo)

53. Rua Mouzinho da Silveira, 208-214

Susana R. Cosme; Isabel Alexandra Lopes 1998-1999. Sondagens (35 m²) e Acompanhamento arqueológico

Materiais romanos (cerâmica comum, *sigillata* e *tegula*), atribuídos ao período tardo-romano, surgindo também, aparentemente, espólio romano mais antigo. Não apareceram estruturas.

Época romana COSME; LOPES 2000

54. Praça do Infante

Carla Martins; Paula Abranches; Ana Sousa (Acompanhamento) (Archeo'estudos) 1998-2001. Sondagens (306 m², cerca de 10% da área afectada pelo projecto) e posterior Acompanhamento arqueológico.

Materiais romanos dispersos e variados (cerâmica comum, *sigillata*, ânfora, uma moeda e duas tesselas, sem quaisquer estruturas.

Época Romana MARTINS; ABRANCHES 1999; 2000; ABRANCHES 2002

55. Armazém do Cais Novo

Sandra C. P. Barbosa (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana) 1999. Sondagens

Fragmento de *tegula*, descontextualizado. Época romana BARBOSA 2001; informação pessoal.

56. Rua da Ponte Nova, 50-54

Miguel Almeida; Maria João Neves (Dryas)

2000. Sondagens (10 m²) Fragmentos de cerâmica de construção e comum de época romana, “provavelmente tardia”, e “em nítida posição secundária” (ALMEIDA; NEVES 2000b:3-4).

Época Romana (tardia?) ALMEIDA; NEVES 2000b; 2002

57. Gaveto da Rua Infante D. Henrique/ Rua Mouzinho da Silveira

Miguel Almeida; Maria João Neves (Dryas) 2000. Sondagens (c. 5 m²) e observação de valas de obra já abertas (c. 5 m²).

Referência a algum material cerâmico de construção, muito rolado e fragmentado, “de aparência romana”. Época Romana ALMEIDA; NEVES 2000a

58. Rua Cais da Ribeira, 14-16

Iva T. Botelho; Anabela P. Sá 2000. Sondagens (c.18 m²) Referência ao achado de uma *tegula* e de uma possível lucerna, sem associação a estruturas.

Época romana BOTELHO; SÁ, s.d.

59. Frente Marítima do Parque da Cidade

Alexandre Sarrazola; Sérgio Gomes (Era-Arqueologia) 2000-01. Acompanhamento arqueológico; sondagens

Fragmento de *tegula*, descontextualizado. Época romana ERA-ARQUEOLOGIA (s.d.)

60. Praça da Relação/Requalificação da Baixa do Porto, Lote 1

José J. Argüello Menéndez; António Manuel S. P. Silva (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana) 2000-01. Acompanhamento arqueológico

Alguns fragmentos de *tegula*, descontextualizados. Época romana ARGÜELLO; SILVA (no prelo)

61. Campo do Rou/Caminhos do Romântico

Manuela C. S. Ribeiro; Sandra Nogueira (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana) 2000-2001. Acompanhamento arqueológico

Cerâmicas comuns e de construção, em apreciável quantidade mas sem quaisquer restos de construções ou outras estruturas.

Época romana RIBEIRO; NOGUEIRA (no prelo)

62. Rua Fonte de Massarelos/Casal do Pedro

Manuela C. S. Ribeiro; Sandra Nogueira (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana) 2000-2001. Acompanhamento arqueológico Cerâmicas comuns e de construção, sem estruturas. Época romana RIBEIRO; NOGUEIRA (no prelo)

63. Igreja Românica de Cedofeita

José Jorge Argüello Menéndez; Graça Pereira (J. Menéndez, Lda.) 2001. Sondagens (18 m²).

Materiais romanos, nomeadamente uma *tegula* e fragmentos de vidro romano. Época romana (Baixo Império?) ARGÜELLO 2002

José Jorge Argüello Menéndez; Mafalda Capela (J. Menéndez, Lda.) 2002-2003. Acompanhamento arqueológico, com sondagens pontuais

Apenas um fragmento de *tegula*, todavia classificada

como medieval pelo Autor. Época romana (?) ARGÜELLO 2003

64. Rua do Outeiro, 25

José Jorge Argüello Menéndez; Susana Rodrigues Cosme

2001. Sondagem (8 m²). Fragmentos de uma *tegula* e de uma possível lucerna de volutas. Descontextualizados.

Época romana ARGÜELLO; COSME 2001

65. Calçada do Ouro

Paula Abranches; Sandra S. Ribeiro (Archeo'estudos)

2001. Sondagem (8 m²) Cerâmica romana, nomeadamente cerâmica comum, *tegula*, ânfora, *terra sigillata* Drag. 35/36(?), de cronologia flávia, um fragmento de lucerna, eventualmente do Baixo Império, um cossoiro (Alto Império), cerâmica cinzenta fina polida (meados séc. I a.C./meados I) e um fragmento

de prato de engobe vermelho (séculos III-V) (ABRANCHES 2001:9). Não foi detectada qualquer estrutura.

Época Romana

ABRANCHES 2001

66. Rua de Mouzinho da Silveira, 56

Pedro Brochado de Almeida (Mola Olivarum)

2002. Sondagens (21 m²) Pequeno tramo de um muro “erguido à custa de silhares graníticos com aparelho e forma regular disposto em fiadas isódomas”, datado do período tardo-romano (ALMEIDA; ALMEIDA 2002: 159). O espólio integra cerâmica comum e de construção, *sigillata*, ânfora, vidros, etc. Em depósitos inferiores apareceram ainda cerâmicas do Alto Império.

Época romana (Alto Império, Baixo Império)

ALMEIDA 2002b; ALMEIDA; ALMEIDA 2002

Nuno Garcia; Gabriel Pereira (Empatia)

2009. Sondagens (34 m²) Detectados estratos de ocupação caracterizados como “níveis de circulação (preparação de pisos) de cronologia tardo-romana”, que cobriam um buraco de poste (GARCIA; PEREIRA 2009: 62). O espólio inclui material de construção, ânfora e cerâmica comum, para além de fragmentos de vidro.

Época tardo-romana

GARCIA; PEREIRA 2009

67. Rua dos Mercadores, 116-122

Susana Cosme; Paula Abranches (Archeo'estudos)

2002. Sondagens (35 m²) Identificada uma “possível estrutura de lagar composta por um tanque redondo, de cerca de um metro de diâmetro com ligação a um outro tanque de forma rectangular”, com evidência de outras estruturas em associação (COSME; ABRANCHES 2006:23), elementos que as Autoras admitem poder ser de época romana. O espólio integra cerâmica comum romana e um fragmento de cerâmica pintada.

Séculos IV/V – VI

COSME; ABRANCHES 2002; 2006

68. Gaveto da Rua das Condominhas/Rua do Aleixo (Empreendimento D'ouro Villa)

Pedro Brochado de Almeida (Mola Olivarum)

2002. Sondagens (8 m²) e Acompanhamento arqueológico Fragmentos de *tegula*, alguma cerâmica comum e um fragmento de disco de lucerna (ALMEIDA 2002a: 47), sem estruturas. No Acompanhamento arqueológico, apareceram ainda “pequenos fragmentos de cerâmica romana” (ALMEIDA 2003b).

Época romana

ALMEIDA 2002a; 2003b

69. Praça da Ribeira/Requalificação da Frente Ribeirinha

Alexandre Gonçalves; Alexandre Sarrazola; Mulize Ferreira; Teresa Freitas (Era-Arqueologia)

2002-03. Sondagens Aparentemente descontextualizada, há notícia do aparecimento de pelo menos um fragmento de *tegula*.

Época romana FREITAS 2003

70. Rua das Flores, 69 (Fundação da Juventude)

Pedro Brochado de Almeida; Francisco Carvalho Fernandes (Mola Olivarum)

2002-2003. Sondagens (c. 170 m²) e Acompanhamento arqueológico Notícia do achado de alguns fragmentos de ânfora (Haltern 70?) e cerâmica comum romana, materiais dispersos e sem estruturas.

Época romana (Alto Império?)

ALMEIDA 2003a

71. Largo da Penaventosa, 25

António Manuel S. P. Silva; Lídia Lopes; Susana Guimarães; Sandra C. P. Barbosa (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana)

2002-2003. Sondagens (24 m², 46% da superfície disponível) A escavação desta parcela revelou na fase mais antiga, designada como “castrejo-romana”, um tramo de amuralhamento dessa época, servindo de alicerce à parede posterior do imóvel, voltada para a Rua da Bainharia, a cota substancialmente inferior. Trata-se de um muro de orientação NE./SO., com cerca de 2 metros de extensão e uma

espessura máxima entre 1,60 e 1,85 metros, considerando a sapata de fundação (devendo notar-se que não foi possível observar a face externa, pelas razões apontadas), conservando-se o seu alçado interno em 1,10 metros. Do ponto de vista arquitectónico, ressalta a circunstância da muralha possuir como que dois alinhamentos internos, sendo o mais largo e inferior cronologicamente posterior ao tramo principal. Isto poderá resultar de diferentes fases construtivas, reforços estruturais, ou significar um escalonamento interno dos muros da cerca defensiva. Pelos materiais associados, apesar de poucos, propôs-se datar a sua construção de meados ou 2^a metade do século I da nossa era. A Nascente, na mesma sondagem mas sem ligação estratigráfica à muralha, encontraram-se outras estruturas da mesma época, representados por restos de uma construção de traçado curvilíneo, muito desmantelada, e um buraco de poste. O espólio romano integra cerâmica comum e de construção, *terra sigillata*, ânfora, cinzenta fina, um vidro, etc.

Época romana SILVA *et al.* 2003

72. Largo da Penaventosa, 21

António Manuel S. P. Silva; Sandra C. P. Barbosa; Anabela

P. Sá; Susana C. Borges (C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana) 2002-2003. Sondagens (35 m², 41% da superfície disponível)

Nas sondagens realizadas destaca-se a identificação de uma fase “castrejo-romana”, na qual se insere um tramo de muralha antiga, servindo de alicerce à parede posterior do imóvel. Trata-se de um muro de orientação NE./SO., com cerca de 2,30 metros de extensão e uma espessura máxima de 0,70 metros (devendo recordar-se que não foi possível observar a face externa, pelas razões apontadas), conservando-se o seu alçado interno em 1,20 metros. Pelos materiais associados pode datar-se a sua construção entre a 2^a metade do século I e a 1^a metade do séc. II.

Época romana (Alto Império) SILVA *et al.* 2006

73. Rua do Casal do Pedro, 3

Pedro Brochado de Almeida (Mola Olivarum)

2003. Sondagens (16 m²). Prevista uma 2ª fase de trabalhos Fragmentos de *tegula*, descontextualizados.

Época romana ALMEIDA 2003c

74. Rua da Penaventosa, 25-27

António Manuel S. P. Silva; Lídia Lopes; Susana Guimarães; Sandra C. P. Barbosa; Manuela C. S. Ribeiro

(C. M. Porto – Gab. Arqueologia Urbana) 2003. Sondagens (7,5 m², 25% da superfície disponível). Fig. 5.

Níveis de ocupação romana, nos quais se insere um tramo de muralha antiga, servindo de alicerce à parede posterior do imóvel. Trata-se de um muro de orientação NE./SO., com cerca de 2,30 metros de extensão e uma espessura máxima de 1,30 metros (devendo recordar-se que não foi possível observar a face externa, pelas razões apontadas). O seu alçado, que atinge os 1,75 metros de altura, revela o que parece corresponder a duas fases construtivas, discerníveis quer pelo aparelho, quer até por divergências sensíveis na orientação dos muros. Estas observações, relacionadas com a análise do espólio, apesar de escasso, permitiram aos responsáveis pela intervenção propor uma cronologia entre a 2ª metade do séc. I e a 1ª metade do séc. II para a primeira fase da muralha, podendo datar-se a segunda fase talvez dos séculos III-IV.

Época romana (Alto Império; Baixo Império) *Alicerces...* 2003; SILVA *et al.* (no prelo)

75. Avenida de Vímara Peres

Iva Teles Botelho (Metro do Porto) 2003

Algum espólio romano, aparentemente sem estruturas. Época romana Informações pessoais. Referências desconhecidas

76. Sé do Porto

José Jorge Argüello Menéndez; Paulo Dordio Gomes; Mafalda Capela (J. Menéndez) 2003-2004. Sondagens/escavação em área.

Muros e espólio romanos, aparentemente de cronologia tardia. Época romana (Baixo Império) *Ruínas...* 2004; Informação pessoal de J. Argüello

77. Rua da Bandeirinha, 78-80

Graça Pereira (Arqueologia & Património)

2004. Sondagens (14 m²) e posterior Acompanhamento arqueológico.

Materiais romanos, descontextualizados ou procedentes de depósitos de aterro. Época Romana PEREIRA; FONSECA 2004a; 2004b

78. Rua das Condominhas, 701/Igreja de Lordelo do Ouro

André Nascimento; Carlos Delgado (Empatia)

2004. Sondagens (115 m²). Alicerces de muros romanos, correspondentes a vários edifícios, sem planta definida, e espólio aparentemente tardo-romano (NASCIMENTO; DELGADO; SOUSA 2004: 17).

António Manuel S. P. Silva; Miguel A. Rodrigues; Laura P. Sousa; Sandra Barbosa; Manuela C. S. Ribeiro (C. M. Porto – Gab. Arq. Urbana/Direcção Regional de Cultura do Norte/DSBC) 2007. Sondagens (208 m²).

Alicerces de muros romanos e outras estruturas (valas de fundação, fossas, etc.), de funcionalidade desconhecida. Espólio essencialmente tardo-romano.

Época romana (Baixo Império) NASCIMENTO; DELGADO; SOUSA 2004; SILVA *et al.* 2007

79. Praça de Almeida Garrett

Iva Teles Botelho (Metro do Porto); António Cheney (Arqueohoje) 2005-2006 Vidros e cerâmicas romanas.

Época romana BOTELHO 2006

80. Rua da Bolsa, 44/Hospital da Ordem de S. Francisco

André Nascimento; Laura Sousa (Empatia) 2005-2006. Sondagens; escavação extensiva (Superior a 500 m²); Acompanhamento arqueológico

Espólio romano, algum considerado tardo-romano (NASCIMENTO; SOUSA; DELGADO 2006: 4). Época romana (Baixo Império?) NASCIMENTO; DELGADO; SOUSA 2005; NASCIMENTO; SOUSA 2005; 2006; NASCIMENTO; SOUSA; DELGADO 2006

81. Rua da Fonte Taurina, 99-101/Rua de Cima do Muro dos Bacalhoiros, 111-114

João P. Barbosa (Logiark) 2006. Sondagens (10 m²) e Acompanhamento arqueológico Fragmentos de *tegula* e *imbrex*.

Época romana BARBOSA 2006; 2008

82. Rua da Igreja de Cedofeita, 11

Marta G. Piedade; Carlos A. F. Loureiro (Empatia)

2006. Sondagens (8 m²) Espólio romano diversificado, atribuído genericamente ao Baixo Império (PIEADADE; LOUREIRO 2006: 2,14).

Época romana (Baixo Império?) PIEADADE; LOUREIRO 2006

83. Rua Mouzinho da Silveira, 335-341/Rua das Flores, 326-332

Mafalda C. B. Capela; Jorge Argüello Menéndez (J. Menéndez) 2007. Sondagens (7 m²)

Materiais romanos diversificados e uma estrutura identificada como “canalização romana”. Época romana CAPELA; ARGÜELLO; REIS 2007

84. Rua Mouzinho da Silveira, 222-226

2007-2008. Sondagens (42 m²) Carlos A. Brochado de Almeida; Marta Miranda Marques (Mola Olivarum)

Cerâmicas romanas, não discriminadas. Época romana ALMEIDA; MARQUES 2008a; 2008b

85. Rua de Tomás Gonzaga, 3-13

Manuela C. S. Ribeiro; António Manuel S. P. Silva (Gab. Arqueologia Urbana C. M. Porto) 2008. Sondagem (6 m²)

Fragmentos de *tegula* dispersos. Época romana RIBEIRO, SILVA (no prelo); RIBEIRO; SILVA 2008

86. Quarteirão da Bainharia/Rua de S. Sebastião/Rua Escura/Rua da Bainharia

Vítor Fonseca (Arqueologia & Património)

2009. Sondagens em curso (206 m²). Fig. 6 Para além de espólio arqueológico de época romana, ocorreram estruturas, com destaque para um extenso troço de uma linha amuralhada que os responsáveis pelas escavações datam dos séculos II-I a.C. Os troços de muralha, em assinalável grau de preservação, correspondem a uma construção de orientação OSO./ENE., com cerca de 1,90 metros de largura, ampliada para 2,50 metros graças à presença de uma contrafortagem pelo lado exterior (Norte), zona de forte declive.

Época romana. FONSECA; TEIXEIRA; FONSECA 2009

87. Rua Infante D. Henrique, 1-15/S. João, 1-39

José Jorge Argüello Menéndez; Gabriel Pereira (Vessants) 2009. Sondagens (em curso; c. 150 m²) e Acompanhamento arqueológico

Materiais cerâmicos romanos avulsos e eventuais depósitos homogéneos, por agora sem associação a qualquer estrutura.

Época romana ARGÜELLO 2009. Trabalhos em curso.

88. *Acus crinalis*

Data desconhecida. Porto (local de achado desconhecido) Época romana BRANDÃO 1984:17

ⁱ Pela sua extensão, foi indispensável resumir aos dados essenciais o conteúdo do catálogo de sítios e achados. A



Figura 1: Núcleos embrionários da cidade do Porto, segundo a proposta de Magalhães BASTO (1940). Implantação sobre maquete exposta no edifício medieval dos Paços do Concelho (Foto A. M. Silva)



Figura 2: Locais onde foi identificada a muralha romana do Porto. 1 – Largo do Colégio/Santana, 9-12; 2 – Largo/Rua da Penaventosa; 3 – Rua da Penaventosa; 4 – Quarteirão da Bainharia; 5 – Rua D. Hugo, nº 5. O tracejado sugere uma reconstituição por ora meramente hipotética (Base cartográfica: C. M. Porto. Esc. aprox. 1:11000)



Figura 3: (à esquerda) - Planta das ruínas romanas da Casa do Infante, sobrepostas ao edificado de épocas posteriores (DORDIO, no prelo) (1940).



Figura 4: (em cima) - Casa do Infante. Réplica de um dos mosaicos romanos (Foto: A. M. Silva)



Figura 5: Rua da Penaventosa, 25-27. Alçado da face interna de um troço de muralha romana (Foto: CMP/GAU)



Figura 6: Quarteirão da Bainharia. Aspecto de um troço de muralha castrejo-romana (Foto: Arqueologia & Património)



Figura 7: Localização dos vestígios romanos na cidade do Porto. Área nuclear do centro histórico



Figura 8: Localização dos vestígios romanos na cidade do Porto (sem a área nuclear do centro histórico, que consta do Mapa anterior)

